



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES

LICITAÇÃO Nº 083/2015 - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

TIPO DE JULGAMENTO: MELHOR OFERTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003831/2015

Edital de Concorrência para a concessão de exploração, administração e operacionalização do estacionamento rotativo remunerado – “Área Azul”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES – RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 com suas posteriores alterações, Lei Municipal 4.806/2015, e as cláusulas deste Edital, e demais disposições aplicáveis à espécie, torna público, para conhecimento dos interessados, que na Sala da Comissão Permanente de Licitações, junto ao Prédio do Centro Administrativo Municipal, situado na Praça Nassib Nassif, s/n, nesta cidade, será realizada licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, para **concessão de exploração, administração e operacionalização do estacionamento rotativo remunerado**, conforme discriminação a seguir:

O envelope da documentação relativa à habilitação preliminar e o envelope contendo a proposta serão entregues até as **09horas** do dia **31 de Agosto de 2015** e serão abertos às **09h05min** do mesmo dia.

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto a concessão para serviços de exploração, administração e operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, com sistema POS (Point Of Service - Emissor de E- tíquete ou créditos pré-pagos de estacionamento) nas vias desta cidade, na quantidade estimada de 900 vagas constante do Projeto Básico, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da supra referida Lei Municipal nº 4.806/2015.

1.1.1. A Contratada deverá operar inicialmente com Internet 3G ou superior, deverá possuir contrato com pelo menos mais uma fornecedora de sinal de internet, como forme alternativa, garantindo sempre o perfeito funcionamento e controle da área explorada e abrangida pelo sistema.

1.1.2. A Contratada, quanto a implantação do sistema, deverá disponibilizar a concedente 02 (dois) equipamentos portáteis e 01 (um) terminal fixo em monitor tela 50”, instalados com software e internet wi-fi na sede da SMTT para que possa supervisionar online em tempo real todas as situações dentro da Área Azul.

1.1.3. A Contratada poderá implantar equipamento do tipo parquímetro fixo para venda de E-tíquete de estacionamento decorrido 06 (seis) meses da implantação do sistema, desde que o modelo funcione de forma integrada e online ao sistema operacional já em funcionamento sem prejuízo as partes, sem intuito de substituir o Agente Monitor, mas como mais uma opção de compra ao usuário.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

1.2. Integram o presente Edital o Projeto Básico, (os critérios de realização de Teste em Escala Real, a relação dos trechos de ruas do estacionamento rotativo remunerado, o mapa das vias de implantação do sistema de Estacionamento Rotativo remunerado, a planilha de viabilidade econômica com a previsão de investimentos e tarifas), a minuta de contrato e Lei Municipal nº 4.806/2015.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação, os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

2.2. Um licitante ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pelo município.

2.2.1 Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

2.3. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresa ou sociedade estrangeira;
- b) Consórcio de empresas;
- c) empresa suspensa de contratar com o Município de Palmeira das Missões/RS
- d) empresa que esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- f) Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

3. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E DE PROPOSTAS:

3.1. Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidos pela Comissão permanente de Licitações no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

- ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
- Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões - RS
- Edital de Concorrência nº 083/2015
- Data da abertura: 31/08/2015 às 09horas
- Nome completo da licitante

-.-



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

- ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

- Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões - RS

- Edital de Concorrência nº 083/2015

- Data da abertura: 31/08/2015 às 09horas

- Nome completo da licitante

3.1.1. É facultado à licitante designar, expressamente, representante com poderes para responder pela mesma durante as sessões de Licitação, mediante apresentação de documento encaminhado à Comissão de Recepção e Julgamento.

3.1.2. Somente poderão assinar a lista de presença, rubricar e analisar documentos, falar em nome da licitante e fazer uso da Ata de Reunião, em tudo que se relacione com a Licitação, durante as reuniões, aquelas pessoas indicadas na forma descrita acima, sendo que os demais, presentes à sessão pública, serão considerados assistentes.

Obs.: Aos credenciados será permitido representar somente uma licitante.

3.2. Da Habilitação

3.2.1. Para efeitos de habilitação, os licitantes deverão apresentar até a data constante no preâmbulo os seguintes documentos:

3.2.1.1. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica

- a) Cédula de identidade, do representante legal da licitante;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou,
- c) Ato constitutivo, estatuto social publicado de acordo com a Lei Federal nº 6.404/76 ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; ou,
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ou,
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Observação: Independente do documento apresentado, o objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto da licitação.

3.2.1.2. Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento da licitante sede ou filial, conforme o caso;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com as Fazendas **Federal** (Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito Negativa, conjunta de Tributos Federais, dívida ativa federal, e Contribuições Sociais, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), **Estadual** e **Municipal**, do domicílio ou sede da licitante.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

- g)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da (CNDT) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas..
- h)** Prova de Regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.2.1.3. Qualificação técnica

a) Atestado de capacidade técnica, dizendo que executou ou vêm executando, satisfatoriamente, os Serviços de exploração, implantação, instalação, operação e manutenção de sistema de estacionamento rotativo de veículos, localizados em vias e logradouros públicos, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

3.2.1.4. Atestados/Declarações:

a) Declaração de que cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).

b) Declaração de que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para sua participação no presente processo licitatório;

c) Declaração, sob as penas da lei, que a empresa não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

3.3. Das beneficiárias da Lei Complementar 123/2006

3.3.1. As microempresas ou empresas de pequeno porte (enquadradas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06) ou cooperativas (enquadradas nos termos do artigo 34 da Lei n.º 11.488/07) que pretendem se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 ao 45 da Lei Complementar 123/06, deverão apresentar, além de todos os documentos exigidos para o Envelope n.º 01, uma das opções abaixo especificadas:

a) declaração, firmada por contador ou técnico contábil e o seu número de registro no CRC, com firma reconhecida, por autenticidade ou como verdadeira (não sendo aceita a autenticação por “semelhança”), por Tabelionato de Notas, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa e não está excluída das vedações constantes no parágrafo 4º do artigo 3º do referido diploma legal (nos termos do modelo em anexo), ou;

b) certidão simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado onde se localiza a empresa licitante, (conforme Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC), ou em outro órgão público competente para registros públicos. A referida certidão deverá ter sido expedida em no máximo 03 (três) meses anteriores a data determinada para a entrega dos envelopes.

3.3.2. A não apresentação de um dos documentos especificados neste item **3.3.** não será motivo de inabilitação da licitante, entretanto a sua omissão será entendida como renúncia a qualquer privilégio, recebendo, portanto, o mesmo tratamento das demais empresas não beneficiadas pelo disposto nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123/06.

3.3.3 A microempresa, a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

3.3.4. O prazo acima determinado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.3.5 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos exigidos no Envelope de n.º 01, devendo inclusive apresentar aqueles referentes à regularidade fiscal, ainda que apresentem alguma restrição.

3.3.6. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste procedimento licitatório, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.4. Das autenticações dos documentos

3.4.1. Os documentos poderão ser apresentados nos originais ou em fotocópias autenticadas por um tabelião, ou por servidor desta Administração Pública Municipal, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.

3.4.2. Em caso de autenticação de documentos por servidor deste órgão, os licitantes deverão apresentar os documentos a serem autenticados até o último dia útil anterior à data de entrega dos envelopes.

3.5. Da apresentação da proposta -

3.5.1. O envelope nº **02-Proposta** deverá conter a **proposta**, devidamente rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, constando a **oferta da remuneração** pelo direito à Concessão, **expresso em percentual** sobre o valor da receita bruta mensal arrecadada com a cobrança do Sistema de Estacionamento Rotativo remunerado.

a) A oferta mínima será **de 12% (doze por cento)** do valor da receita bruta mensal arrecadada com a cobrança do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, conforme art. 21 da Lei Municipal nº 4.806/2015.

b) O percentual proposto deverá ser expresso até a segunda casa decimal.

c) O valor referente ao percentual proposto será calculado sobre o faturamento bruto total demonstrado por relatório mensal através do software de gestão até o quinto dia útil e será recolhido aos cofres municipais até o décimo dia útil do mês subsequente, em conta específica informada pela Concedente.

d) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data aprazada para sua entrega;

e) Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

f) A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a proponente examinou criteriosamente os documentos exigidos neste processo de licitação e os julgou suficientes para a elaboração da sua proposta, voltada a execução do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.

g) Para exercer os direitos da Lei Complementar nº 132/2006, quando houver empate, é obrigatória a presença do representante da licitante em todas as sessões públicas referente à licitação.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

4. DO TESTE DE ESCALA REAL

4.1. O teste em escala real será conduzido por comissão de servidor público especialmente designados por meio de Portaria, denominada “Comissão de Julgamento do Teste de Escala Real”.

4.1.1. Os critérios de julgamento do referido teste encontram-se no anexo “Teste de Escala Real” e neste capítulo do edital.

4.1.2. O teste em escala real será realizado apenas com a empresa classificada em primeiro lugar na ordem de maior oferta, ou seja, após a classificação das ofertas apresentadas.

4.1.3. Convocada a licitante, esta deverá se apresentar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para a realização do teste, sob pena de desclassificação.

4.1.4. Caso ocorra a desclassificação da proposta da empresa que possui a oferta classificada em primeiro lugar, a Comissão de Julgamento do Teste de Escala Real convocará a licitante classificada em segundo lugar para realiza-lo, e assim sucessivamente até apurar uma proposta classificada.

4.1.5. Será desclassificada pela Comissão de Julgamento do Teste de Escala Real a proposta que, durante o teste, reste evidenciado que não atende aos requisitos do Edital e qualquer de seus anexos, especialmente o projeto básico.

4.1.6. Após o julgamento, a Comissão de Julgamento do Teste de Escala Real lavrará ata ou relatório motivando sua decisão e encaminhará o processo à Comissão de Licitações.

4.1.7. A licitante deverá apresentar as características técnicas dos equipamentos, demonstrando a sua funcionalidade e a sua segurança quanto a fraudes.

4.1.8. O não atendimento da questão de funcionalidade e segurança implicará na desclassificação automática da licitante em sede de Teste de Escala Real.

5. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

5.1. A audiência na hora e dia marcados para recebimento dos envelopes será pública, sendo que cada proponente poderá credenciar um representante junto à mesa;

5.2. Após a abertura dos trabalhos, a Comissão de Licitações receberá ambos os envelopes;

5.3. A seguir, dará início a abertura dos envelopes de nº 01- DOCUMENTAÇÃO, momento a partir do qual não serão admitidos outros licitantes;

5.4. Abertos o envelope da habilitação, os documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitações, pelos licitantes presentes;

5.5. Será então franqueado aos proponentes, o exame destes documentos, podendo qualquer um deles solicitar o registro de observação resumida de protesto quanto aos documentos ou à sessão, desde que o faça no momento oportuno, anunciado pelo Presidente da Comissão, sendo intempestiva e consequentemente inatendível qualquer reclamação anterior ou posterior.

5.5.1. Tais impugnações ou reclamações serão devidamente registradas em Ata, reservando-se, porém a Comissão de Licitações o direito de levá-las em consideração ou não.

5.5.2. – A Comissão de Licitações poderá deixar de registrar qualquer protesto ou consignação que entender ser objeto específico de recurso.

5.6. A seguir, a Comissão de Licitações, se julgar em condições, decidirá sobre a habilitação dos concorrentes, declarando inabilitado o licitante que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos no edital.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

5.7. Ao declarado inabilitado, será devolvido, fechado, o envelope da proposta financeira, após a homologação da licitação;

5.7.1. Não sendo retirado no prazo de 30 (trinta) dias da homologação, os envelopes serão destruídos.

5.8. Ultrapassada a fase recursal, ou havendo desistência expressa dos licitantes do prazo recursal, a Comissão de Licitações abrirá os envelopes das propostas financeiras, rubricando cada folha e colhendo a rubrica dos licitantes presentes, que poderão examinar as informações.

5.9. Analisadas as propostas, a Comissão de Licitações realizará o julgamento destas de acordo com o critério da MAIOR OFERTA, e realizará a classificação provisória dos licitantes, em ordem da maior até a menor oferta e encaminhará o processo para a Comissão de Julgamento do Teste de Escala Real.

5.10. A Comissão de Julgamento do Teste de Escala Real realizará o teste de escala real de acordo com os critérios descritos neste edital e seus anexos com a empresa previamente classificada em 1º lugar, decidindo motivadamente sobre sua aceitação ou desclassificação.

5.10.1 Caso a Comissão de Julgamento do Teste de Escala Real desclassifique a proposta previamente classificada em 1º lugar, passará a realizar o teste com a classificada em 2º lugar, e assim sucessivamente, na ordem da classificação das ofertas.

5.11. Após o julgamento a Comissão de Julgamento do Teste de Escala Real lavrará ata ou relatório motivando sua decisão e encaminhará o processo à Comissão de Licitações que procederá a declaração da vencedora da licitação, tornando definitivo o resultado.

5.12. O resultado do julgamento da documentação, das propostas e do julgamento dos recursos administrativos que porventura forem interpostos pelos licitantes, será publicado no diário oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no site desta municipalidade.

5.12.1. Estando todas as licitantes representadas na sessão que houver o julgamento, serão estas intimadas na própria sessão, dispensando-se nesse caso a publicação no diário oficial.

6. DO JULGAMENTO

6.1. Ficam estabelecidos, como critérios de julgamento das propostas, no interesse do serviço público, as condições de maior oferta do percentual sobre o valor de faturamento bruto mensal repassado ao Município, relativos ao objeto do presente Edital, na escolha da proposta mais vantajosa para o Município.

6.2. Serão desclassificadas as propostas com percentual inferior exigido por este edital, bem como as propostas que não atenderem aos requisitos constantes neste edital.

6.3. Serão desclassificadas as propostas reprovadas no Teste de Escala Real pela Comissão Especial de Julgamento do Teste de Escala Real.

6.4. Em caso de empate de duas ou mais propostas, obedecido ao disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

7. DA REPRESENTAÇÃO

7.1. As empresas que se fizerem representar no ato de abertura dos envelopes deverão fazê-lo através de:



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

a) dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, devendo apresentar, conforme o caso: Registro comercial, no caso de empresa individual; ou Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento que comprove a eleição de seus administradores; ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) procuração ou carta de credenciamento com firma reconhecida em Tabelionato de Notas, conferindo poderes para o procurador acompanhar a sessão de abertura dos documentos de habilitação e de propostas, bem como assinar as atas e demais documentos dela decorrentes, referentes ao presente procedimento licitatório (ou referente a quaisquer licitações públicas realizadas no Município de PALMEIRA DAS MISSÕES ou na Administração Pública em geral).

7.2. Os documentos acima especificados poderão ser inseridos no envelope n.º 01 – HABILITAÇÃO ou apresentados na sessão de abertura dos envelopes.

7.3. A Comissão de Licitações poderá solicitar a apresentação de documento de identidade para fins de identificação do representante credenciado.

7.4. O não cumprimento do disposto acima não acarretará a inabilitação do licitante, podendo, se atendidas as exigências desta licitação, competir em igualdade de condições, porém a pessoa representante será mera portadora das referidas propostas, não tendo direito à voz, a voto e a responder pela empresa licitante.

8. DA CONCESSÃO

8.1. A empresa vencedora terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data de convocação, para assinar o contrato, sob pena da perda do direito objeto desta licitação.

8.2. A empresa vencedora terá o prazo máximo de:

a) Antes da cobrança inicial, a concessionária fará no mínimo 15 dias de divulgação e orientação ao sistema, pelos usuários, afim de informar sobre o funcionamento do mesmo e sua área de abrangência.

b) **30 (trinta) dias** a contar da emissão da ordem de inicio, para **inicio** dos trabalhos de implantação do sistema, implantando no mínimo 30% do total das vagas;

c) **90 (noventa) dias** a contar da emissão da ordem de inicio, para implantação no sistema de no mínimo 60% do total das vagas;

d) **120 (cento e vinte) dias** para a implantação total das vagas;

8.3. A gestão das áreas de estacionamento rotativo de veículos deverá ser feita por meio de controle automatizado e informatizado, através de equipamentos eletrônicos e expedidores de comprovante ou créditos pré-pago de estacionamento que permitam total controle da arrecadação, aferição imediata das receitas e auditoria permanente on-line em tempo real por parte do poder concedente.

8.4. O sistema deverá ter como opção no mínimo duas formas de aquisição do E-tíquete, sendo ela de forma avulsa ou pré-paga para a utilização da vaga como forma alternativa para o usuário final. Poderá adquirir seu comprovante através de:

a) Agente Monitor;

b) Ponto de Venda;



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

- c) Por débito automático, comprando créditos pré-pagos antecipadamente no cadastro do usuário;
- d) Pelo aplicativo do smartphone;
- e) Por computador, via internet, acessando o aplicativo;
- f) Pelo telefone celular;
- g) Pelo Parquímetro;

8.5. Os comprovantes de utilização do estacionamento deverão ter dimensões compatíveis para sua colocação sobre o painel do veículo estacionado.

8.6. As vias públicas destinadas ao sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, serão devidamente sinalizadas através de placas de regulamentação, pintura no solo (demarcação e numeração das vagas) e meio fio.

8.7. O tempo máximo de permanência na mesma vaga, do Estacionamento Rotativo Remunerado, será conforme o descrito no Projeto Básico, sendo que ao final deste prazo, o veículo deverá sair da vaga.

8.8. O veículo que exceder o tempo máximo do período adquirido para estacionamento e não possuir créditos pré-pagos, exceder o tempo máximo de 02 (duas) horas na mesma vaga ou não possuir o E-tiqueta, ficará sujeito ao pagamento de aviso de irregularidade cumulativamente às penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, artigo 181, inciso XVII, inclusive a apreensão do veículo.

8.9. O veículo apreendido poderá ser retirado por seu proprietário, ou por terceiro, devidamente autorizado, mediante o pagamento das despesas de remoção e do depósito.

8.10. O estacionamento de veículos nas áreas estabelecidas como objeto do contrato oriundo desta Licitação, ficam obrigados ao pagamento do E-tiqueta ou de créditos pré-pagos, sem a obrigatoriedade do comprovante do pagamento estar visível no painel do mesmo.

8.11. - O horário de estacionamento no perímetro do Estacionamento Rotativo Remunerado compreenderá o período descrito no Projeto Básico.

8.12 Em datas que ocorram eventos no Município o Poder Executivo, por meio de Decreto, poderá alterar o horário do estacionamento remunerado, estendendo ou reduzindo os horários de cobrança ora estabelecidos ou ainda, dispensar o pagamento.

8.13. O controle do funcionamento do sistema, o qual seja, fiscalização de horários, autuação, será de responsabilidade do Município por seus Agentes de Trânsito.

8.14. A operacionalização do sistema, ou seja, sinalização, orientação de uso do sistema, divulgação e outras ações correlatas, são de responsabilidade do licitante vencedor.

8.15. Estão isentos de pagamento da tarifa para ocupação de vaga em espaço público os veículos constantes no art. 8º da Lei Municipal nº 4.806/2015.

9. DAS TARIFAS E INFRAÇÕES

9.1. A tarifa a ser paga pelo usuário será baseada no valor de **R\$ 1,80** (um real e oitenta centavos) por sessenta minutos. A fração mínima será de **30** (trinta) minutos e o período máximo de utilização do estacionamento será de **120** (cento e vinte) minutos.

9.2. O valor da tarifa poderá ser reajustado, através de Decreto do Prefeito Municipal, em períodos não inferiores a um ano, e após decorrido pelo menos doze meses de vigência do contrato, com percentual não superior na variação do IGP-M no período, ou na sua falta, pelo índice oficial de atualização monetária que o substitua, preferencialmente no início do terceiro mês de cada ano.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

9.3. Constituem infrações ao sistema de estacionamento rotativo controlado pago, as constantes na Lei Municipal e no Código de Trânsito Brasileiro.

9.4. A área de abrangência do Estacionamento Rotativo Remunerado, de que trata a presente concessão, é a constante do Projeto Básico, fixada por Lei Municipal, podendo ser ampliada por Decreto Executivo.

10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1. A licitante vencedora será responsável pela integridade da arrecadação de todos os valores que ingressarem no sistema para pagamento da utilização das vagas, com moeda corrente ou outros meios eletrônicos e deverá manter registro de todas as operações, de acordo com os procedimentos definidos no Projeto Básico e no presente Edital.

10.2. A licitante vencedora deverá emitir relatório de acordo com os relatórios emitidos pelos equipamentos eletrônicos os quais deverão conter principalmente, o total de unidades de estacionamento utilizadas no sistema, com identificação da forma de pagamento.

10.2.1. Um Relatório Mensal a SMTT até o quinto dia útil anexando o comprovante de depósito do repasse do mês anterior.

10.2.2. Um Relatório Anual até o dia quinze de janeiro informando oficialmente o montante arrecadado e repassado no ano anterior.

10.3. Todas as informações deverão estar disponíveis à Administração Pública para fins de controle e auditoria do sistema, sempre que solicitado expressamente.

11. DA OPERAÇÃO

11.1. A licitante vencedora deverá apresentar mapa de implantação do sistema, sendo que os mesmos deverão ser previamente aprovados pela Administração Pública.

11.2. O escritório administrativo da licitante vencedora deverá ser no Município e em área central.

11.3. A licitante vencedora deverá:

I - Dar treinamento adequado aos empregados, especialmente no que se refere à legislação de trânsito, relações humanas e turismo.

II - Treinamento de sistema de informática utilizado na operacionalização da Área Azul.

III - Fornecer uniformes a função em quantidade suficiente (inverno e verão), sendo que seu layout deverá ter aprovação da Administração Municipal, e deverão ser renovados periodicamente ou a pedido da Administração.

11.4. A licitante vencedora deverá apresentar amostras dos tickets de estacionamento para avaliação e aprovação, que deverá conter as informações mínimas descritas abaixo:

- O comprovante de aquisição de tempo de estacionamento deverá ter, no mínimo, as seguintes informações:

- a)** Especificando o intervalo de horário limite de validade;
- b)** Horário de acesso/início da transação;
- c)** Área de operação;
- d)** Número do Equipamento Eletrônico Multi-vagas emissor;



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

- e) NSU (numero sequencial único de qualquer tipo de transação);
- f) Valor pago pelo período ou pela regularização quando houver;
- g) Tipo de transação;
- h) Demais dados característicos da transação realizada complementares pertinentes à operação.
- i) Quando o pagamento for efetuado com crédito pré-pago da conta do usuário, o equipamento deverá gravar no recibo do usuário o saldo remanescente em conta.
- j) Dados completos da Empresa que opera a cobrança.

As informações de limite de validade do estacionamento regular (data e hora), ou do aviso de irregularidade exibidas pelo comprovante, deverão ser facilmente legíveis à luz do dia, lembrando que não é obrigatória a colocação do recibo de tíquete eletrônico no para-brisa do veículo, pois a fiscalização estará sendo efetuada pelos dados da placa do veículo estacionado.

12. DA VIGÊNCIA

12.1. O prazo de concessão será de 10 (dez) anos, previsto na Lei Municipal nº 4.806/2015 e no Projeto Básico, a contar do 30º dia da data de assinatura do contrato, podendo ser renovado por até mais 10 (dez) anos, por comum acordo das partes.

13. DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

13.1. O Município, através de seu órgão competente, poderá, em qualquer época, fiscalizar as condições dos serviços formulando as exigências necessárias à eficaz execução dos mesmos, cabendo à licitante vencedora facilitar a atuação da fiscalização, prestando colaboração plena, especialmente quanto ao acesso dos documentos relativos ao faturamento.

13.2. A licitante vencedora, a quem incumbe zelar pela boa disciplina de seus empregados, deverá mantê-los em serviço, uniformizados, com identificação e plenamente capacitados a executar suas funções, afastando imediatamente aqueles que o Município entender inidôneos, desidiosos ou que de qualquer forma, não se adaptem ao trabalho.

13.3. A contratada deverá apresentar durante a execução do contrato, quando solicitado, documentos que comprove estarem cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas no contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos referidos neste item, não transfere à contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ou restringir a regularização e o uso.

13.4. A licitante vencedora obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o Município realizar, preservando-se o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

13.5. A licitante vencedora deverá manter o escritório no Município, com telefone, fax, internet, para o funcionamento do setor administrativo, financeiro, operacional e atendimento ao público.

13.6. A licitante vencedora deverá prestar seus serviços como previsto neste Edital e no Contrato de Concessão, cuja minuta é parte integrante deste Edital.

13.7. A licitante vencedora deverá prestar contas mensalmente, ou quando for solicitado, da gestão dos serviços ao Município, através do órgão competente ou aos usuários, nos termos do presente Edital.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

13.8. O licitante vencedor será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos profissionais envolvidos, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da concessão, isentando integralmente o Município;

13.9. Efetuar durante o período da concessão, todo tipo de manutenção necessária à boa conservação da sinalização.

13.10. Os valores relativos ao percentual da concessão repassados da licitante vencedora ao Município deverão, obrigatoriamente, ser depositados em conta específica fornecida pela Administração, após a Assinatura do Contrato.

14.DAS PENALIDADES

14.1. A licitante vencedora incorrerá em multa de:

I - 0,1 % (zero vírgula um por cento) do valor do faturamento bruto total anual, estimado na planilha constante em sua proposta comercial, por dia que exceder o prazo para início dos serviços, a contar da emissão da ordem de início, limitado este a 10 (dez) dias, após o qual será considerado como inexecução contratual.

II - 3 % (três por cento) do valor do faturamento bruto total anual, estimado na planilha de quantitativos e preços unitários, pela inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena da suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de um ano.

III - 5 % (cinco por cento) do valor do faturamento bruto total, anual, estimado na planilha de quantitativos e preços unitários, pela inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de dois anos.

IV - Caso a licitante vencedora suspenda a operação de qualquer área sob seu controle, responderá por multa equivalente a 1% (um por cento) do valor do faturamento bruto total, anual, estimado na planilha de quantitativos e preços unitários, por dia de interrupção, limitada esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada como inexecução contratual.

15. DA RESCISÃO

15.1. A rescisão unilateral da Concessão, independente das sanções legais e contratuais aplicáveis, será decretada na ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº8.666, de 1993. A extinção da concessão dar-se-á na ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 35 da Lei nº 8.987, de 1995.

15.2. Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do Município, a rescisão importará em ocupação e utilização pela municipalidade de equipamentos e materiais empregados na continuidade, mediante prévia avaliação para posterior ressarcimento ou devolução.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

16. DOS BENS REVERSÍVEIS AO PATRIMÔNIO O MUNICÍPIO

16.1 Findo o prazo do contrato, todos os equipamentos implantados para a consecução dos serviços concedidos, bem como a sinalização viária vertical reverterão ao patrimônio do Município com a extinção da concessão.

17. DAS PROPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A licitante vencedora deverá, constituir alvará de localização no Município, no prazo máximo de 30 dias após a homologação da licitação.

17.2 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação da documentação e proposta exigidas e não apresentadas na reunião de recebimento;

17.3 - Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;

17.4 - Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas e apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e o contrato, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão de Licitações;

17.5 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários;

17.6 – A presente licitação reger-se-á pelas resoluções aqui contidas, pelo estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações, bem como, pela Legislação Federal, Estadual, e Municipal, pertinentes à matéria.

17.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de PALMEIRA DAS MISSÕES - RS para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas decorrentes da presente licitação, com renúncia de outros ainda que privilegiados.

17.8 – O procedimento licitatório, do qual é parte integrante o presente processo, bem como a sua minuta de contrato, foram aprovados pela Procuradoria Jurídica do Município, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

17.9 - Os avisos de julgamento de documentação e/ou de propostas e demais atos oficiais da Administração serão publicados, quando necessários, no Quadro Mural e no Site oficial de Palmeira das Missões/RS.

17.10 - Ao Prefeito fica assegurado o direito de, no interesse do Município, revogar ou anular a presente Licitação, sem que caiba aos licitantes quaisquer direitos a reclamação ou indenização.

Palmeira das Missões, 24 de Julho de 2015.

EDUARDO RUSSOMANO FREIRE
Prefeito Municipal

APROVO ESTE EDITAL

Procuradoria Jurídica



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 083/2015

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES/RS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 88.541.354/0001-94, com sede na Praça Nassib Nassif, nº 381, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Eduardo Russomano Freire, portador do CPF nº 814.352.070-68, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constante, nº 600, nesta cidade, adiante simplesmente denominado **CONCEDENTE**, e _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede na Av., _____ cidade de _____ (____), neste ato representada por seu _____, Sr. _____, doravante denominado **CONCESSIONÁRIA**, tendo em vista a homologação do Edital de Concorrência nº 083/2015, e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, firmam o presente contrato mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato tem como objeto a concessão para serviços de implantação, exploração e operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, com sistema POS (Point Of Service), emissores de E-tíquetes de estacionamento ou créditos pré-pagos nas vias do Município, na quantidade estimada inicial de **900 (novecentas) vagas**, nos termos do Edital e do Projeto Básico da Licitação que originou o presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONCESSIONÁRIA pagará ao CONCEDENTE o valor correspondente a ____ % (____ por cento) sobre o faturamento bruto total demonstrado através do software de gestão e será recolhido aos cofres municipais até o décimo dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, sendo que os valores relativos ao percentual da concessão repassados pela CONCESSIONÁRIA à CONCEDENTE deverão, obrigatoriamente, ser depositados em conta específica fornecida pela CONCEDENTE.

Parágrafo único. O atraso nos recolhimentos dos Direitos de Concessão implicará na atualização do principal, tendo como indexador o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou o que venha a substituí-lo, aplicação de multa de 2% (dois por cento), calculada sobre montante do débito, acrescido de juro de mora de 0,5% ao mês.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os serviços objeto da presente Concessão regem-se quanto à sua execução pelas normas contidas no Edital de Concorrência nº 083/2015 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: A área de abrangência do Estacionamento Rotativo Remunerado, de que trata a presente concessão, ocorrerá conforme Lei Municipal nº 4.806/2015.

CLÁUSULA QUINTA: A Concessão é outorgada pelo prazo de **10 (dez) anos**, prorrogáveis por mais 10 (dez) anos a contar da assinatura do presente Contrato.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

CLÁUSULA SEXTA - A CONCESSIONÁRIA terá o prazo máximo de **30 (trinta) dias** a contar da emissão da ordem de início, para iniciar os trabalhos de implantação do sistema. Implantando no mínimo 30% do total de vagas.

CLÁUSULA SÉTIMA – A CONCESSIONÁRIA terá o prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias** a contar da emissão da ordem de início, para implantar totalmente o sistema.

CLÁUSULA OITAVA - A gestão das áreas de estacionamento rotativo de veículos deverá ser feita por meio de controle automatizado e informatizado, através de equipamentos eletrônicos de coleta e expedidores de comprovante de estacionamento, que permitam total controle da arrecadação, aferição imediata das receitas e auditoria permanente por parte da CONCEDENTE, nos termos do Projeto Básico da Licitação que originou o presente contrato.

CLÁUSULA NONA - Os equipamentos a serem utilizados no sistema deverão permitir que os usuários tenham a possibilidade de obter o seu comprovante de tempo de estacionamento, através da utilização de pelo menos duas formas:

- a) Pagamento com moeda corrente nacional; e
- b) Através de créditos pré-pagos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os comprovantes de utilização do estacionamento não ficam obrigados a estarem visíveis no painel dos veículos estacionados, a fiscalização esta condicionada a placa do veículo e fica a cargo dos Agentes Monitores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As vias públicas destinadas ao sistema de estacionamento rotativo serão devidamente sinalizadas, através de placas de regulamentação, pintura no solo e meio-fio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O tempo máximo de permanência na mesma vaga será de 120 (cento e vinte) minutos, sendo que ao final deste prazo, o veículo deverá sair da vaga.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Caso o veículo permaneça estacionado na mesma vaga após o tempo estabelecido em lei, ficará sujeito ao aviso de irregularidade e às penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, artigo 181, inciso XVII, inclusive a apreensão do veículo.

§ 1º- O veículo apreendido poderá ser retirado por seu proprietário, ou por terceiro, devidamente autorizado, mediante o pagamento das despesas de remoção e do depósito.

§ 2º- O estacionamento de veículos nas áreas estabelecidas como objeto do presente contrato, deverá ser mediante o uso do comprovante de tempo de estacionamento emitido pelos equipamentos eletrônicos, os quais deverão ser colocados no interior do veículo, no painel frontal, de forma visível, durante o período de ocupação da vaga.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

§ 3º- O horário de estacionamento no perímetro compreenderá o período das 08h:30min às 12 horas e das 13h:30min até às 17h:15min, de segunda a sexta-feira, e das 08 horas às 12 horas no sábado, ficando isento aos domingos e feriados.

§ 4º Em datas que ocorram eventos no Município o Poder Executivo, por meio de Decreto, poderá alterar o horário do estacionamento pago, estendendo ou reduzindo os horários de cobrança ora estabelecidos, ou ainda dispensar o pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O controle do funcionamento do sistema, o qual seja, fiscalização de horários e emissão de avisos de irregularidades ficam a cargo dos Agentes Monitores pela Concessionária. As autuações pelas infrações de trânsito e supervisão será de responsabilidade da CONCEDENTE por seus Agentes de Trânsito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A operacionalização do sistema, ou seja, sinalização, orientação de uso do sistema, divulgação e outras ações correlatas, são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Estão isentos de pagamento da tarifa para ocupação de vaga em espaço público os veículos constantes no Artigo 8º da Lei Municipal 4.806/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A tarifa a ser paga pelo usuário será nos seguintes valores: **a)** será de R\$ 0,90 (noventa centavos) por 30(trinta) minutos; **b)** será de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos) por 60(sessenta) minutos; e, de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) por 120 (cento e vinte minutos).

Parágrafo único: A fração mínima será de 30 (trinta minutos) e o período máximo de utilização do estacionamento será de 120 (cento e vinte) minutos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O valor da tarifa poderá ser reajustado, através de Decreto do Prefeito Municipal, em períodos não inferiores a um ano, com percentual não superior na variação do IGP-M (FGV) no período, ou na sua falta, pelo índice oficial de atualização monetária que o substitua.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Caberá ao agente de trânsito da CONCEDENTE, a competência de aplicar aos infratores, com base nos dados emitidos pelos monitores da CONCESSIONÁRIA, das normas de estacionamento rotativo, as penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - A CONCESSIONÁRIA será responsável pela integridade da arrecadação de todos os valores que ingressarem no sistema para pagamento da utilização das vagas, sejam eles através de moedas e/ou meios eletrônicos, e deverá manter registro de todas as operações, de acordo com os procedimentos a serem definidos no presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A CONCESSIONÁRIA deverá emitir relatório de acordo com os relatórios emitidos pelos equipamentos eletrônicos, os quais deverão conter principalmente, o total de unidades de estacionamento utilizadas no sistema, com identificação da forma de pagamento.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

§ 1º- Todas as informações deverão estar disponíveis à CONCEDENTE para fins de controle e auditoria do sistema, sempre que solicitado expressamente.

§ 2º – A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar mapa de implantação dos equipamentos, sendo que os mesmo deverão ser previamente aprovados pela CONCEDENTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - O escritório administrativo da CONCESSIONÁRIA deverá ser no Município e em área central.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A CONCESSIONÁRIA deverá:

I - Dar treinamento adequado aos empregados, especialmente no que se refere à legislação de trânsito, relações humanas, turismo.

II - Treinamento de sistema de informática dos parquímetros utilizados.

III - Fornecer uniformes a função em quantidade suficiente (inverno e verão), sendo que seu layout deverá ter aprovação da CONCEDENTE e, deverão ser renovados periodicamente ou a pedido da CONCEDENTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar amostras dos E-tiquete de estacionamento para avaliação e aprovação, que deverá conter as informações mínimas descritas no Projeto Básico.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar as características técnicas dos equipamentos, demonstrando a sua funcionalidade e a sua segurança quanto a fraudes, podendo inclusive a CONCEDENTE, exigir uma completa demonstração dos equipamentos a serem utilizados, sem nenhum ônus por parte da CONCEDENTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - A CONCEDENTE, através de seu órgão competente, poderá, em qualquer época, fiscalizar as condições dos serviços formulando as exigências necessárias à eficaz execução dos mesmos, cabendo a CONCESSIONÁRIA facilitar a atuação da fiscalização, prestando colaboração plena, especialmente quanto ao acesso a documentos relativos ao faturamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - A CONCESSIONÁRIA, a quem incumbe zelar pela boa disciplina de seus empregados, deverá mantê-lo sem serviço, uniformizados, com identificação e plenamente capacitados a executar suas funções, afastando imediatamente aqueles que a CONCEDENTE entender inidôneos, desidiosos ou de qualquer forma, não se adaptem ao trabalho.

Parágrafo único - A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a CONCEDENTE, mensalmente, cópias das guias de recolhimento de INSS, FGTS e ISS e PIS/PASEP de seus empregados referentes ao mês anterior do último exigível.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que a CONCEDENTE realizar, preservando-se o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - São obrigações da CONCESSIONÁRIA:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

I - Manter o escritório no Município, com telefone, fax, internet, para o funcionamento do setor administrativo, financeiro, operacional e atendimento ao público.

II - Constituir alvará de localização no Município, no prazo máximo de 30 dias após a homologação da licitação.

III - Prestar seus serviços como previsto neste instrumento contratual.

IV - Prestar contas mensalmente, ou quando for solicitado, da gestão dos serviços a CONCEDENTE, através do órgão competente, ou aos usuários, nos termos do presente contrato.

V - Responsabilizar-se por todas as obrigações sociais de proteção aos profissionais envolvidos, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da concessão, isentando integralmente a CONCEDENTE;

VI - Efetuar durante o período da concessão, todo tipo de manutenção necessária à boa conservação da sinalização.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - A CONCESSIONÁRIA incorrerá em multa de:

I - 0,1 % (zero vírgula um por cento) do valor do faturamento bruto total anual, estimado na planilha constante em sua proposta comercial, por dia que exceder o prazo para início dos serviços, a contar da emissão da ordem de início, limitado este a 10 (dez) dias, após o qual será considerado como inexecução contratual.

II - 3 % (três por cento) do valor do faturamento bruto total anual, estimado na planilha de quantitativos e preços unitários, pela inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena da suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de um ano.

III - 5 % (cinco por cento) do valor do faturamento bruto total, anual, estimado na planilha de quantitativos e preços unitários, pela inexecução total do contrato, cumulada com a pena da suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de dois anos.

IV - Caso a licitante vencedora suspenda a operação de qualquer área sob seu controle, responderá por multa equivalente a 1 % (um por cento) do valor do faturamento bruto total, anual, estimado na planilha de quantitativos e preços unitários, por dia de interrupção, limitada esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada como inexecução contratual.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Caso a CONCESSIONÁRIA suspenda a operação de qualquer área sob seu controle, responderá por multa equivalente a 1 % (um por cento) do valor do faturamento bruto total, anual, estimado na planilha de quantitativos e preços unitários, por dia de interrupção, limitada esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada como inexecução contratual. A Declaração de inidoneidade será aplicada por meio de despacho fundamentado, assegurando ampla defesa à CONCESSIONÁRIA.

§ 1º As multas deverão ser pagas até o último dia do mês que ocasionou o fato gerador, ou poderão ser cobradas judicialmente.

§ 2º O valor estimado na planilha de quantitativos e preços unitários, para efeito de aplicação das penalidades, sofrerão atualização nos mesmos índices que corrigir o valor da tarifa.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - A rescisão unilateral da Concessão, independente das sanções legais e contratuais aplicáveis, será decretada na ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993. A extinção da concessão dar-se-á na ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 35 da Lei nº 8.987, de 1995.

Parágrafo Único - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do Município, a rescisão importará em ocupação e utilização pela municipalidade de equipamentos e materiais empregados na continuidade, mediante prévia avaliação para posterior ressarcimento ou devolução.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Findo o prazo do contrato, todos os equipamentos implantados para a consecução dos serviços concedidos, bem como a sinalização viária vertical reverterão ao patrimônio do Município com a extinção da concessão.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Toda e qualquer notificação encaminhada ao endereço da CONTRATADA, constante no preâmbulo deste contrato, será considerada regular e legal, independente de quem tenha recebido a comunicação/notificação/intimação/oficiamento, pelo que não serão aceitas alegações futuras de desconhecimento ou ausência de vínculo ou poderes por parte do recebedor.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca de Palmeira das Missões para dirimir questões decorrentes desta Concessão, com renúncia expressa a qualquer outro.

E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as cláusulas contratadas.

Contratante

Contratada.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COMO COOPERATIVA (NOS TERMOS DO ART. 34 DA LEI N.º 11.488/07)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável (contador) _____, CPF nº _____, declara, para fins de participação no Edital nº 083/2015, que:

() é considerada microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

() é considerada empresa de pequeno porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

() é cooperativa, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00.

Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Local e data: _____

Nome do profissional contábil:

Nº de seu registro junto ao CRC:

CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART.
7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS:

DECLARAÇÃO

Ref. Edital de Concorrência nº 083/2015:

_____, inscrito no CPF ou CNPJ nº _____,
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____
_____, **DECLARA QUE:**

a) não foi considerado **inidôneo** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 2º do artigo 32 da referida lei. Declaro também, que comunicarei qualquer fato superveniente à entrega dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências do procedimento licitatório em epígrafe;

b) inexistem **atos impeditivos** da sua habilitação para a presente licitação;

c) cumpre com o disposto no **inciso XXXIII do artigo 7º** da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).

d) caso habilitada, não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitações, que julgou os documentos de habilitação das empresas participantes, desistindo assim, expressamente, do direito de interposição de recurso na fase de habilitação e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de propostas das empresas licitantes habilitadas.

(data)

Licitante

(Obs: O presente anexo é apenas um modelo sugestão, sendo aceita declaração em formato diverso, mas o modelo é sugerido para facilitar ao licitante. A desistência do prazo recursal é facultativa, mas sendo declarada por todos os licitantes, torna o processo mais célere).



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

**ANEXO IV
PROJETO BÁSICO**

OBJETO: Concessão para serviços de administração e operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado, nas vias desta cidade, na quantidade estimada de vagas constantes do Projeto, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da supra referida Lei.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a Implantação do Estacionamento Rotativo Remunerado nas vias e logradouros públicos, no Município de Palmeira das Missões, a necessidade da administração municipal de democratizar a utilização das vagas de estacionamento no perímetro central da cidade.

A implantação do Estacionamento Rotativo Remunerado visa organizar o estacionamento público e o fluxo de veículos, permitindo maior fluidez do trânsito para que não seja atrapalhado por veículos rodando de forma extremamente lenta e continua a procura de vagas de estacionamento, e democratizar o uso do espaço público, promover o aumento da oferta de vagas para estacionamento, gerar rotatividade nas vagas, melhorar a acessibilidade das pessoas a área central dinamizando o comércio reduzindo o número de pequenos acidentes nas vias públicas, beneficiando usuários, comerciantes, assim aprimorando a prestação de um serviço público.

NOMECLATURA, CARACTERÍSTICAS:

Para os fins deste Anexo, considera-se:

- Outorga de concessão onerosa doravante “CONCESSÃO”;
- Município de Palmeira das Missões doravante “CONCEDENTE”;
- Empresa prestadora do serviço doravante “CONCESSIONÁRIO”;
- Estacionamento Rotativo Remunerado doravante “ESTACIONAMENTO ROTATIVO”: Sistema de estacionamento em vias e logradouros públicos, definido como: Ocupação de vagas de estacionamento, por um período máximo de permanência diário, sendo este período permanência remunerado pelo usuário da vaga.
- Do repasse: O valor do repasse pelo concessionário à concedente pela Outorga de concessão onerosa não poderá ser inferior a 12% (doze por cento), do valor bruto arrecadado.
- Permanência Máxima Diária: Período máximo dentro de um mesmo dia de permanência do veículo ocupando a mesma vaga de estacionamento em logradouro público.
- Cartão de Estacionamento: Cartão ou recibo em qualquer modalidade sendo ela impressa ou eletrônica que comprova o pagamento do preço público para utilização do estacionamento rotativo.
- E-tíquete: Trata-se de talão eletrônico com numeração única para cada ato de estacionamento esta numeração deverá sempre estar impressa no cartão de estacionamento.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

- Créditos Eletrônicos de Estacionamento: Crédito adquirido pelo usuário para pagamento e utilização do estacionamento rotativo remunerado através da emissão do E- tíquete, obtido mediante sistema eletrônico de obtenção de créditos podendo ser pelo sitio da empresa concessionária ou através de pontos de vendas.
- Conta pré-paga: Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo CPF e telefone, esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de credito e débito de utilizações.
- Usuário: Proprietário ou Condutor do veículo automotor que utiliza o sistema de estacionamento rotativo.
- Operador: Pessoa credenciada pela concessionária para exercer as atividades de monitoramento, fiscalização e venda de E-tiquetes, realizando a notificação prévia ao infrator em caso de irregularidade, ou seja, impressão do “Aviso de irregularidade”. Também é responsável pela orientação aos usuários condutores de veículos que utilização estacionamento rotativo.
- Agente de Trânsito: Pessoa, civil ou policial militar, credenciada pela autoridade de trânsito para o exercício das atividades de policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento, é um policial competente para lavrar a infração de trânsito, ao constatar a ocorrência in loco, emitindo o “Auto de Infração de Trânsito – AIT”. Para ser agente da autoridade de trânsito o servidor, seja civil ou policial militar, tem que ser credenciado para poder exercer esta atividade, nos exatos termos do §4º do artigo 280 do CTB.
- Aviso de Irregularidade: O veículo que infringir qualquer dos itens descritos no item 15 deste termo poderá receber um “Aviso de irregularidade”, especificando o enquadramento da irregularidade, este aviso é exclusivo para as áreas denominadas como “Área Rotativa” que abrangem todo e qualquer tipo de área definida para este fim. O carro que estiver em situação irregular estará sujeito a ser autuado por um agente de transito, independentemente de ter sido notificado ou não com aviso de irregularidade.

A emissão do Aviso de irregularidade deverá ser feita por equipamento eletrônico, emitido pelo funcionário da concessionária que deverá colocar o aviso de irregularidade no para- brisa do veículo.

- Equipamentos eletrônicos Multi-vagas: Será o equipamento utilizado pelo concessionário para emissão e controle dos E-tiquetes, todos os equipamentos com essa finalidade deverão trabalhar de forma on-line permitindo que todas as transações efetivadas através dele devam ser autenticadas na base de dados permitindo um controle em tempo real da operação. Estes poderão estar com os operadores e nos postos de vendas ficando a escolha dos locais a critério do concessionário.
- Débito Automático: Forma automática de estacionamento, sem intervenção do usuário, ao fiscalizar um determinado veículo estacionado o débito é efetuado na conta pré-paga do usuário, desde que o mesmo possua saldo suficiente para a operação.

DESCRIÇÃO E FUNCIONALIDADES:

1. DO PERÍMETRO, DO NÚMERO DE VAGAS E DO PRAZO DE INÍCIO:



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

1.1. O perímetro do ESTACIONAMENTO ROTATIVO a ser implantado, refere-se às vias e logradouros públicos da cidade de Palmeira das Missões constantes do Anexo III, podendo ser ampliado ou reduzido conforme a conveniência e necessidade da CONCEDENTE.

1.2. O número estimado de vagas do ESTACIONAMENTO ROTATIVO a ser implantado na primeira fase do projeto é de 900 (novecentas) vagas, podendo ser ampliado conforme a conveniência e necessidade da CONCEDENTE;

1.3. A concessionária deverá colocar a disposição dos usuários, no prazo de 30 dias a contar do término do prazo de experimentação do sistema (até 15 dias a contar da assinatura do contrato), no mínimo 30% das vagas existentes. No período de 90 dias deverá estar em funcionamento de no mínimo 60% das vagas, devendo o número total de vagas estar devidamente a disposição dos usuários no prazo máximo de 120 dias.

2. DOS TIPOS DE ÁREAS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO:

Considerando manter o princípio da maior rotatividade de vagas para possibilitar que um maior número de veículos utilize uma mesma vaga, como também as normas estabelecidas pelo CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito fica conceituado as áreas de estacionamento rotativo pago, de acordo com as características e finalidade, da forma abaixo descrita:

2.1. ZONA AZUL: são partes das vias consideradas pela CONCEDENTE como aquelas com maior fluxo de veículos e demanda de estacionamento, devendo pelo sistema ser desestimulado o uso através da cobrança de tarifa, ficando o período mínimo de 0 a 30 minutos de estacionamento regulamentado podendo ser renovado por períodos de 30 minutos e permanência máxima de 120 minutos na mesma vaga;

2.2 VAGAS ESPECIAIS DE ESTACIONAMENTO: são estacionamentos considerados pela CONCEDENTE como estratégicos e necessários para o funcionamento e desenvolvimento das atividades coletivas, oficiais, sociais, comerciais e industriais:

2.3. VAGAS DEFICIENTES: Área de estacionamento para veículo de pessoas portadoras de deficiências (PPD's), áreas de estacionamento destinadas a veículos conduzidos ou conduzindo pessoa portadora de deficiência física, possuindo isenção de tarifa, devendo o veículo estar devidamente identificado e com autorização conforme estabelece a resolução 304 de 18 de dezembro de 2.008 do CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito;

2.4. VAGAS DE IDOSO: Áreas de estacionamento para veículo de idoso: são partes das vias sinalizadas para o estacionamento de veículos conduzidos ou conduzindo idosos, mediante pagamento da respectiva tarifa e devidamente identificado com autorização conforme estabelece a resolução 303, de 18 de dezembro de 2.008, do CONTRAN;

2.5. ISENTOS DE PAGAMENTO:

a) os veículos oficiais da União, dos Estados e do Município, bem como suas empresas e autarquias (ex EBCT, Corsan, Carros Forte, etc...).



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

- b) os veículos de transporte de passageiro (táxis), quando estacionados em seus respectivos pontos,
- c) os veículos de transporte coletivo (ônibus e similares), quando estacionados em seus pontos de parada.
- d) as ambulâncias quando em atendimento de urgência e emergência.

3. DA OPERAÇÃO DA ZONA AZUL:

A operação dos Estacionamentos Rotativos deverá ser feita pelo Concessionário, sob supervisão e orientação da Concedente.

3.1. ATIVIDADES OPERACIONAIS: As atividades operacionais a serem executadas pela Concessionária envolvem:

- a) Execução e operacionalização da campanha de esclarecimento da utilização do estacionamento ao usuário;
- b) Verificação da necessidade de manutenção preventiva e corretiva equipamentos e sinalização;
- c) Controle da utilização do estacionamento, incluindo a verificação das condições de regularidade de utilização das vagas da “Zona Azul”;
- d) Em caso de ocupação irregular das vagas de estacionamento da “Zona Azul”, o operador da Concessionária deverá emitir o “Aviso de irregularidade”;
- e) Manutenção de sítio eletrônico contendo todas as informações e funções pertinentes à operação;
- f) Manutenção de telefone de central de atendimento durante o período que compreende a utilização diária do sistema de estacionamento rotativo;

3.2. DO ACESSO À ZONA AZUL: Será permitido o estacionamento de qualquer tipo de veículo, desde que exista vaga disponível com dimensões que os comportem, para as motocicletas haverá locais disponíveis para esse fim.

4. DO SISTEMA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

4.1. O sistema deverá dispor de tecnologias avançadas e inovadoras, com grau de serviço eficiente, automatizado e informatizado para controle e gestão do Estacionamento Rotativo Remunerado em Logradouros Públicos, integrando os processos de estacionamento e fiscalização, oferecendo aos seus usuários maior comodidade no uso da área de estacionamento rotativo e um melhor gerenciamento operacional das atividades de estacionamento pela concessionária, baseando-se nas informações recebidas em tempo real dos usuários.

4.2. A plataforma deverá compreender um conjunto de processos informatizados que tenham como objetivo administrar o Sistema de Estacionamento Público Regulamentado através da análise das informações coletadas em tempo real. Deverá ser de fácil operação, tanto para o usuário quanto para os fiscais em campo, atualizando todos os dados recebidos, tanto pelos usuários e/ou fornecidas pelos fiscais em campo, gerando informações das situações de estacionamento.

4.3. O sistema deve possibilitar ao(s) seu(s) usuário(s) pagar pelo tempo real de estacionamento, com regras definidas pelo poder concedente com período mínimo de 0 a 30 minutos e nunca superior a 120 minutos de utilização na mesma vaga.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

4.4. Os recursos disponíveis pelo sistema devem permitir a transparência e a eficiência no controle e gerenciamento dos serviços, abrangendo os seguintes pontos:

- a) A administração dos serviços de forma a produzir relatórios gerenciais e estatísticos a partir do processamento de dados produzidos nos equipamentos eletrônicos Multi- vagas e dos equipamentos utilizados para o monitoramento e demais dados técnicos do projeto;
- b) A administração econômica financeira do projeto, de forma a produzir relatórios que demonstrem os números de controle dos E-tíquete emitidos e valor das operações de estacionamento, elemento básico para o cálculo da parte a ser paga ao poder concedente;
- c) Todos os itens relacionados acima e as suas informações e operações deverão ser de forma on-line.

4.5. A ferramenta de gestão deve apresentar os seguintes requisitos mínimos de programação, operação e coleta de dados essenciais de todos os equipamentos Multi-vagas de demais dispositivos utilizados para monitoramento e fiscalização no processo, que permita:

- a) Deve ter um cadastro que controle todos os acessos de usuários operadores da plataforma de estacionamento rotativo sendo eles do poder concedente, do concessionário, dos postos de vendas;
- b) Ao poder concedente, o controle geração e emissão da numeração dos E-tíquetes (tíquetes eletrônicos) de forma a evitar fraudes, permitindo ainda a emissão de relatório sobre o uso dos mesmos;
- c) Deverá estar previsto no sistema um cadastro das áreas a ser explorada pelo sistema rotativo com informações de sua modalidade/tipo, quantidade de vagas, identificação numérica das vagas;
- d) O sistema deverá contemplar de forma on-line o status de ocupação de suas vagas e áreas, permitindo a visualização de gráficos e relatórios;
- e) Uma vez que os usuários finais utilizarão o sistema para gestão dos créditos pré- pagos, históricos de uso do sistema de estacionamento e os usuários da própria Operação do Sistema Rotativo para isso o sistema oferecido deverá ser compatível com os padrões definidos pela W3C, de modo a garantir todas as suas funcionalidades em ambiente WEB, via “browser navegador”, utilizando “SSL” (protocolo de segurança que criptografa todos os dados trafegados entre o computador do usuário, SMARTPHONE e o da solução a ser utilizada) através da internet, com o objetivo de acesso às informações de forma segura, seja por parte da Contratada ou pela Administração.
- f) O sistema deve permitir a transferência das configurações e parâmetros operacionais para os equipamentos Multi-vagas e de monitoramento de forma on-line;
- g) As transferências de configurações e parâmetros operacionais, transacionais e de monitoramento ocorridas através dos equipamentos utilizados na operação, sendo eles os equipamentos Multi-vagas emissores de tíquetes eletrônicos, ou os equipamentos utilizados para monitoramento emissores de aviso de irregularidade, deverá ser transferida de forma on-line para as bases de dados do sistema de Gestão.
- h) O sistema deve permitir o controle de emissão e arrecadação dos equipamentos Multi-vagas em tempo real;
- i) Gerar as informações de forma on-line referentes à:
 - I. Fluxo diário de veículos;
 - II. Relação de veículos irregulares, para os quais poderão ser geradas as infrações;
 - III. Visualização de ocupações das vagas inclusive o status das vagas;
 - IV. Estatísticas referentes à utilização das vagas de estacionamento, indicadores como de taxa de ocupação, taxa efetiva, taxa de respeito e irregularidades;
 - V. Estatísticas de eficiência da fiscalização;
 - VI. Valores de arrecadação referentes a todas as transações de autenticações dos E-tíquetes.
- j) Permitir a fiscalização e acompanhamento dos agentes monitores em tempo real através de plataforma WEB;



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

- k) Todas as informações de todo o monitoramento realizados em campo (Ruas) deverão ser armazenadas, mantidas durante o período de vigência do contrato em base de dados do sistema pretendido e apresentadas nas consultas quando solicitada, sendo obrigatório pelo menos 1 (um) ano de forma on-line;
- l) O dispositivo móvel a ser utilizado na fiscalização e monitoramento deverá permitir trabalho somente on-line e ainda ter a função de reimpressão;
- m) Este deverá ter um cadastro com número de série todos os equipamentos Multi- vagas utilizados na operação também como os equipamentos de monitoramento para a devida segurança do sistema.

4.6. O CONCESSIONÁRIO: deverá implantar sede da operação localizado no município um centro de controle, com computadores devidamente equipados com seus periféricos e com capacidade suficiente para instalação e operação do software de gestão, permitindo a visualização em tempo real das operações e status de ocupação das vagas e seus índices.

5. DO SOFTWARE E DO TERMINAL ELETRÔNICO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

5.1. A obrigatoriedade do uso do terminal eletrônico tem o objetivo de auxiliar na gestão e fiscalização das áreas de estacionamento rotativo pago, pelos agentes do concessionário e/ou pelos agentes públicos responsáveis pela fiscalização e autuação bem como reduzir o tempo da emissão de “Aviso de irregularidade”. Estes avisos deverão ser impressos e colocados no veículo que estejam irregulares e simultaneamente os dados deverão ser disponibilizados “online” para a Central de controle e gestão. Com estas informações, a concedente terá todas as informações da operação de forma “online”, a fim de proceder qualquer atividade ou ação de forma até mesmo proativa de fiscalização e auditoria.

5.2. Sua marca e modelo serão definidos pelo concessionário a sua livre escolha e poderão ser tipo PDA, POS, SMARTPHONE, ou similar e deverão ter as seguintes funcionalidades e características:

- a) Deverão ser portáteis;
- b) Tem como premissa trabalhar de forma on-line conectado a central de gestão e processamento;
- c) Obrigatoriamente deverá ter a função de impressão, podendo ser conectado se necessário a uma impressora portátil se este não vier a ter esta característica;
- d) Teclado alfanumérico;

5.3. Funcionalidades do software/firmware terminal de monitoramento e fiscalização;

- a) Deverá ter a função de inserir a placa do veículo e a vaga numerada onde ele se encontra como forma de identificação, enviando as informações para base de dados;
- b) Só deve permitir a consulta do status do veículo através da inserção da placa ou parte da mesma, informando inclusive o tempo que o veículo se encontra irregular;
- c) Quando da consulta não importando em qual modalidade o veículo constar o status irregular este deverá aparecer o tempo da irregularidade;
- d) Realizar comunicação de dados entre a equipe de fiscalização e a base para controle e estatística;
- e) Enviar automaticamente todas as operações transacionais, sendo elas de consultas ou emissões de Avisos de irregularidades por conexão segura de internet.

5.3.1. O sistema deverá ter como opção no mínimo duas formas de aquisição do E- tíquete sendo ela de forma avulsa ou pré-paga para utilização da vaga como forma alternativa para o usuário final, que poderá



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

como exemplo fazer uso para estacionar através de aplicativo para SMARTPHONES, desde que este tenha adquirido o crédito pré-pago como forma de pagamento do E-tíquete.

5.4. PARÂMETROS OPERACIONAIS DA FISCALIZAÇÃO

5.4.1. Os equipamentos portáteis deverão ter capacidade de ser configurado para atender condições diferenciadas e específicas dos parâmetros de operação. Estes parâmetros operacionais incluem, porém, não necessariamente se limitam a:

- a) Área da fiscalização;
- b) Endereços;
- c) Descrição da irregularidade;
- d) Fora da vaga de estacionamento;
- e) Tempo esgotado;
- f) Sem E-TÍQUETE;
- g) Veículo ocupando a mesma vaga superior ao permitido;
- h) Dados do veículo infrator;
- i) Modelo, fabricante e placa;
- j) Horário;
- k) Número do monitor “a”;
- l) Controle por senha.

6. DÉBITO AUTOMÁTICO NA CONTA PRÉ-PAGA:

6.1. O usuário que solicitar esta opção no seu cadastro e possuir créditos em sua conta pré-paga não precisará ativar tíquetes. O procedimento de ativação e débito de período será feito de forma automática no momento da fiscalização por parte dos monitores, assim que o mesmo verificar que o veículo não possui nenhum tíquete ativo e que o mesmo optou pela opção "débito automático" o sistema debitará o valor correspondente a 1 (um) período, assim sucessivamente no vencimento do mesmo. Caso o usuário ultrapasse o limite estabelecido de permanência na mesma vaga o sistema não permitirá um novo débito.

7. EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS MULTI-VAGAS:

7.1. O modelo operacional a ser escolhido pelo gestor ou Licitante definirá qual o tipo de equipamento será adotado para implantação, mas a prefeitura entende que o melhor modelo é aquele que utiliza preferencialmente operadores e a rede do comércio e de serviço da própria cidade, com o objetivo extensivo de causar o aumento do fluxo e tráfego de pessoas nos estabelecimentos, a fim de potencializar e provocar um maior faturamento e contribuição monetária aos mesmos, bem como a consequente empregabilidade e/ou a sustentabilidade dos empregos da região.

7.2. O Equipamento Eletrônico Multi-vagas emissores de tíquetes de estacionamento deverá ter capacidade de ser configurado para atender condições diferenciadas e específicas dos parâmetros da operação e das funcionalidades e premissas previstas neste documento sem exceção.

7.3. Não será permitida a implantação por parte do CONCESSIONÁRIO de equipamentos do tipo parquímetro fixo, sendo exigida a utilização de equipamentos eletrônicos Multi-vagas portáteis estes



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

poderão estar instalados nos postos de vendas na rede de comércio da cidade, e com os operadores e deverá atender mesmas características funcionais expostas neste termo e a sua configuração deverá ser feita através de programação (software), com um sistema de segurança para bloquear acesso de pessoas não autorizadas.

7.4. O tipo, fabricante e modelo de equipamento escolhido pelo gestor ou proponente, bem como seu modelo operacional não devem interferir ou alterar em hipótese alguma nas características funcionais do sistema e suas premissas definidas e exigidas neste termo.

7.5. A reconfiguração de parâmetro(s) de um Equipamento Eletrônico Multi-vagas seja qual for o modelo operacional adotado e instalado nas vias públicas ou nos pontos de vendas deverão permitir ser feitas de forma remota, já a manutenção física do equipamento deverá ser feita por técnico qualificado, e em campo.

7.6. Características Funcionais Equipamento Eletrônico Multi-vagas,

7.6.1. O Equipamento Eletrônico Multi-vagas deverá possibilitar aos usuários ou operadores dos postos de vendas executarem no mínimo os seguintes procedimentos:

- a) Adquirir E-tiquete (período de estacionamento), com regras e tarifas estabelecidas para cada área, dentro dos limites estabelecidos para o local;
- b) Consultar o saldo de créditos de disponível do Cartão ou da conta pré-paga;
- c) Consultar histórico de utilização de determinada placa;
- d) Cancelar a transação em processo dentro dos critérios estabelecidos pelo poder concedente se necessário;
- e) Reimpressão do E-tiquete de estacionamento;
- f) Todas as transações operacionais sem exceção deverão ocorrer de forma on-line junto a central de processamento e gestão.

7.6.2. Equipamento Eletrônico Multi-vagas deverá interagir amigavelmente com as transações operacionais efetuadas pelos usuários, executando pelo menos os seguintes procedimentos:

- a) Emitir comprovante da aquisição do E-tiquete conforme especificado no item 7.6.3, deste no termo que trata especificamente disso;
- b) Possuir painel informativo ou visor com mensagem para informar e orientar os usuários sobre como proceder nas transações;
- c) Informar através de códigos de mensagem sobre quaisquer erros ou falhas operacionais do Equipamento Eletrônico Multi-vagas ou da central de processamento ou do meio de comunicação e ainda deverá automaticamente cancelar a transação e emitir uma mensagem informativa ao usuário operador, estes códigos através de legendas deverão ser apresentados pelo gestor do sistema através de documento formal;
- d) A transação deverá ser automaticamente negada através do equipamento toda vez que a quantidade de período solicitado for superior ao tempo máximo de permanência definido;
- e) Em caso de cancelamento, o Equipamento Eletrônico Multi-vagas deverá informar o valor a ser restituído;
- f) Os Equipamentos Eletrônicos Multi-vagas deverão enviar a cada transação o registro de cada tipo de transações efetuadas (vendas de e-tiquetes, cancelamentos, pagamentos das tarifas de regularização notificação quando for o caso, consultas, etc.), ou seja, de todas as transações que ocorrerem no equipamento;



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

- g) Distribuição do total diário arrecadado por meio de pagamento (dinheiro ou pré-pago);
- h) Totalização diária ou por fechamento dos valores transacionados por qualquer tipo (venda avulsa, recarga pré-paga, regularização) de transações de pagamento pelo equipamento, identificados por forma de pagamento.

7.6.3. Comprovantes de Aquisição do E-tíquete (período de estacionamento) avulsos ou pré-pagos.

7.6.3.1. O comprovante de aquisição de tempo de estacionamento deverá ter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Especificando o intervalo de horário limite de validade;
- b) Horário de acesso/início da transação;
- c) Área de operação;
- d) Número do Equipamento Eletrônico Multi-vagas emissor;
- e) NSU (numero sequencial único de qualquer tipo de transação);
- f) Valor pago pelo período ou pela regularização quando houver;
- g) Tipo de transação;
- h) Demais dados característicos da transação realizada complementares pertinentes à operação.
- i) Quando o pagamento for efetuado com credito pré-pago da conta do usuário, o equipamento deverá gravar no recibo do usuário o saldo remanescente em conta.

As informações de limite de validade do estacionamento regular (data e hora), ou do aviso de irregularidade exibidas pelo comprovante, deverão ser facilmente legíveis à luz do dia, lembrando que não é obrigatória a colocação do recibo de tíquete eletrônico no para-brisa do veículo, pois a fiscalização estará sendo efetuada pelos dados da placa do veículo estacionado.

7.7. CATÁLOGOS oficiais do fabricante do equipamento e sistema de informática, informando as características técnicas pertinentes ao objeto solicitado, bem como todas as características de sistema “on line”.

8. SISTEMA INFORMATIZADO VIA TELEFONIA CELULAR OU SIMILAR PARA USUÁRIO FINAL.

8.1. O CONCESSIONÁRIO obrigatoriamente deve apresentar a forma de aquisição do E-TIQUETE através de sistema informatizado, via telefonia celular ou similar, conforme especificações técnicas a seguir:

8.2 A utilização desse sistema informatizado via telefonia celular ou similar será facultativo, de acordo com a vontade e interesse do usuário final. O CONCESSIONÁRIO poderá cobrar um valor referente à manutenção deste sistema Informatizado de cada usuário. Este valor de manutenção não integrará receita, para efeito de cálculo de repasse.

8.3. Após o cadastramento, para a utilização da conta pré-paga para uso exclusivo para estacionamento rotativo público remunerado, bastará ao usuário utilizar da aplicação do celular para estacionar em uma vaga de estacionamento rotativo remunerado e adquirir à quantidade de período desejado, submetendo-se as regras definidas e informadas através da sinalização, não sendo necessária a colocação da informação da numeração da vaga, esta obrigação caberá ao monitor de estacionamento.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

8.4. Se o usuário vier a renovar o período além dos já utilizados inicialmente com permanência acima de 120 minutos através do aplicativo, sem que este tenha mudado o veículo da vaga numerada e identificada, estará sujeito às penalidades previstas na lei, pois veículo estará em condição irregular perante a legislação vigente no município, mesmo havendo adquirido um novo período através da aquisição de um etiquete, pois seria necessário trocar o veículo de vaga. Para a segurança do usuário e a comprovação de irregularidade se faz necessário o ato de fiscalização efetuado por um agente confirmando o ato de irregularidade.

8.5. O Sistema deverá contemplar e permitir o acesso via internet, para as consultas via “web” do(s) usuário(s), onde deverá dispor ao usuário condições de requisitar um extrato detalhado do uso dos créditos utilizados da sua conta para o estacionamento com detalhamento de dia hora e local.

8.6. O usuário deverá ter como ainda a opção para adquirir o E-tiquete “tiquete eletrônico” e utilizar o estacionamento rotativo pago, através de sistema Informatizado via telefonia celular ou similar, devendo para tanto fazer prévio cadastramento na sede da concessionária ou via sitio eletrônico ou por telefone, ocasião em que deverá preencher seus dados cadastrais onde poderá utilizar das facilidades disponíveis para uso da aplicação com objetivo de utilizar o serviço através do “auto estacionamento”, que constitui em uma forma rápida e independente de adquirir o E-tiquete para utilizar no ato de estacionar no estacionamento rotativo pago.

8.7. O processo prevê abertura de uma “conta” no sistema, obrigatoriamente com CPF e um telefone do titular da conta pré-paga. Este sistema não deve necessitar de qualquer interferência com os espaços públicos, e deve proporcionar comodidade para seus usuários fornecendo histórico das operações realizadas nesta conta. Mas para uso dessa modalidade o usuário deverá, obrigatoriamente, adquirir os créditos para uso, nos meios que deverão estar disponíveis pelo concessionário.

9. E-TÍQUETE

9.1. Para o município obter o devido controle financeiro da operação no quesito controle da arrecadação o sistema fornecido pelo o concessionário vencedor deste certame o sistema deverá atender os parâmetros e características descritas a seguir.

9.2. O sistema deve permitir através de emissão de relatórios para o controle de E-tiquetes emitidos com objetivo de permitir a auditoria periódica, possibilitando acompanhar a venda, por parte do Poder Concedente e concessionária;

9.3. Os equipamentos eletrônicos Multi-vagas emissores de E-tiquetes, instalados nos postos de vendas e junto ao operador deverão trabalhar de forma integrada e on-line em relação ao sistema central, permitindo que todas as transações para emissão do mesmo sejam autenticadas no sistema central, de forma que a cada emissão de um E-tiquete, a sua numeração devere ser impressa no recibo de controle do usuário.

9.4. O sistema deve garantir que a geração da numeração de quaisquer E-tiquetes “tiquete eletrônico” sempre se dará em uma única numeração de série.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

10. MANUTENÇÃO:

10.1. A Concessionária deverá manter em perfeito estado de funcionamento e segurança todos os equipamentos, sinalizações e demais dispositivos utilizados para a perfeita operação do Estacionamento Rotativo Remunerado.

11. CONTROLE DE ACESSO A CONTEÚDO:

11.1. Com a finalidade de garantir que os funcionários da Contratada acessem de forma segura o conteúdo das informações geradas e armazenadas através das operacionalizações do Sistema Informatizado de Gestão de Estacionamento Rotativo Pago, bem como durante a execução de todas as suas funcionalidades, o sistema pretendido deverá possuir mecanismo de identificação que associe dados pessoais e senhas.

12. SINALIZAÇÃO VERTICAL, HORIZONTAL E MANUTENÇÃO:

12.1. As áreas de Estacionamento Rotativo Remunerado deverão ser identificadas através de sinalização vertical própria, estando em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro vigentes, e mantidas em perfeito estado de limpeza e conservação.

12.2. A sinalização vertical compreenderá toda aquela referente ao estacionamento permitido e sua regulamentação, tais como: dias e horários de operação do serviço, pessoas portadoras de necessidades especiais, e idosos, veículos especiais.

12.3. A sinalização horizontal deverá ser realizada conforme normas técnicas, demarcadas com faixas de fácil visualização. Deverá ser utilizada tinta à base de resina acrílica ou outro material, destinada à demarcação das linhas divisórias de vagas, na cor branca indicando os locais com estacionamento permitido. A pintura do meio fio deverá ser na cor azul em locais com estacionamento permitido e cor amarela em locais de estacionamento proibido, tais como carga e descarga. Compreenderão a implantação e manutenção da sinalização horizontal toda pintura de solo e outras de sinalização para circulação em vias e logradouros relacionados à área de estacionamento regulamentado. As legendas e símbolos referentes a vagas para idosos e portadores de necessidades especiais.

12.4. Quanto à numeração e identificação de vagas deverá estar adequado e mensurado ao sistema de gestão.

12.5. O Concessionário deverá realizar a sinalização horizontal e vertical inicial, de acordo com os prazos de implantação estipulados neste termo. Entendem-se como sinalização horizontal e vertical pertinente ao contrato todas as sinalizações necessárias, relativas ao ESTACIONAMENTO ROTATIVO REMUNERADO.

13. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E TEMPO DE PERMANÊNCIA:

13.1. As áreas de estacionamento, consideradas rotativo, funcionarão no período compreendido:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

De segunda à sexta-feira das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h15min, e das 08h30min às 12h00min aos sábados.

13.2. O período de permanência máxima admitida na mesma vaga de estacionamento por tempo contínuo será de no máximo de 120 minutos independente da área a ser utilizada.

14. DA TARIFA POR VAGA:

14.1. Os usuários da ÁREA AZUL poderão optar por estacionamento pelo período de 30 (trinta) minutos, de 01 (uma) hora e de 02 (duas) horas, através do pagamento de preço equivalente, sendo de 02 (duas) horas o período máximo permitido de estacionamento por vaga.

14.2. Os valores das tarifas aplicadas para veículos em vagas de 05 (cinco) metros referente aos períodos de estacionamento e/ou utilização das áreas do estacionamento rotativo pago, são os abaixo descritos:

- a) Trinta minutos: R\$ 0,90 (noventa centavos);
- b) Sessenta minutos: R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos);
- c) Cento e vinte minutos: R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos);
- d) ANUNCIO DE IRREGULARIDADE horário excedido no ticket = R\$ 12,00 (doze reais);
- e) ANUNCIO DE IRREGULARIDADE por falta de ticket = R\$ 12,00 (doze reais);
- f) Coletores de lixo e entulhos, oriundos da iniciativa privada = R\$ 15,00 (quinze reais por dia por container/coletor).

14.3 As motocicletas terão estacionamento privativo em locais previamente estabelecidos, isento da cobrança de tarifa, de acordo com índice de motorização de veículos dessa natureza, ficando-lhes expressamente proibido estacionar fora daqueles locais. As motocicletas ficam dispensadas do pagamento da tarifa da ÁREA AZUL, desde que estacionadas nos locais estabelecidos pelo concessionário.

14.4. É concedida isenção de tarifa aos veículos:

- a) Oficiais das esferas federal, estadual e municipal devendo estar convenientemente identificados;
- b) Destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização, os de operação trânsito e as ambulâncias, quando estiverem em serviço de urgência e devidamente identificados por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação intermitente, conforme art. 29, VII da Lei 9.503/97.
- c) Prestadores de serviços de utilidade pública, quando em atendimento na via, desde que devidamente identificados pela instalação de dispositivo, não removível, de iluminação intermitente ou rotativa, na cor amarelo âmbar, conforme art. 29, VII da lei 9.503/97.
- d) Motorista portador de deficiência física, visual ou mental, que cause gravame à locomoção ou obesidade mórbida igualmente gravosa a locomoção comprovado por laudo médico, mediante cadastro prévio do veículo e beneficiário junto à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;
- e) Veículos de oficiais de justiça do município, desde que estejam no pleno exercício das suas atividades pelo período de 30(trinta) minutos.

14.5. A permanência nas vagas de estacionamento de veículos para carga e descarga de mercadorias e material de construção é permitida na (Área Azul), nos dias Úteis de segunda a sexta no horário compreendido entre cinco (cinco) horas e nove (nove) horas e das 18 (dezoito) horas às 24 (vinte e quatro) horas, e nos domingos das seis (seis) horas até 22 (vinte e duas) horas.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

15. DA NOTIFICAÇÃO E DAS INFRAÇÕES PREVISTAS.

15.1. Constituem infrações ao sistema de estacionamento rotativo pago:

- a) Exceder o período/limite contratado do estacionamento rotativo de 02 (dois) períodos de uso contínuo da mesma vaga de estacionamento, independente de dispor de crédito/habilitação, de ter adquirido crédito para isso;
- b) Estacionar nas áreas denominada “Área Rotativa” sem que tenha adquirido tíquete eletrônico para o período de uso;
- c) Permanecer por período superior ao contratado estando em status de irregularidade conforme a consulta eletrônica constatar;
- d) Estacionar com veículo fora da vaga demarcada ou ocupando mais de uma vaga previamente definida pela sinalização;
- e) Estacionar em locais não autorizados ou em desacordo com o regimento interno.
- f) Os infratores da área rotativa ficarão sujeitos ao aviso de irregularidade. Terá o usuário o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para regularizar a sua situação, devendo, para tanto, realizar o pagamento de R\$ 12,00 (doze reais).
- g) A fiscalização do uso das vias e logradouros públicos sujeitos ao sistema de estacionamento rotativo pago ficará a cargo da Municipalidade de Palmeira das Missões, sendo que as autuações serão lavradas pelos agentes da Autoridade Municipal de Trânsito.

16. DAS RESPONSABILIDADES:

16.2 - Responsabilizar-se-á o CONCESSIONÁRIO a, isolada e integralmente, por todos os encargos trabalhistas, fundiários e previdenciários, cíveis e criminais decorrentes dos ajustes de trabalho e/ou cíveis que firmar para a consecução dos serviços permitidos, assim como pelo estrito respeito às normas de saúde, higiene e segurança aplicáveis aos casos, de tal sorte a nada ser carreado a CONCEDENTE, ao qual, por cautela, em qualquer caso, é assegurado direito regressivo na forma do item anterior.

17. DA SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DO PODER CONCEDENTE:

17.1. Caberá ao poder concedente exercer exclusivamente a supervisão da utilização do sistema de modo a garantir a rotatividade máxima através dos procedimentos adotados com vistas a socializar a maior oferta de vagas;

17.2. Caberá ao Poder Concedente fiscalizar através de seus instrumentos legais fazendo cumprir o que preceitua o CTB, autuando e aplicando a medida administrativa aos eventuais infratores que desrespeitarem o Sistema Rotativo de Estacionamento Público;

17.3. A Concedente deverá ter a possibilidade de conferir e auditar o sistema implantado, acessando os registros das transações operacionais e a exploração dos serviços objeto desta concessão.

18. DA EXPANSÃO OU SUPRESSÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO:



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

18.1. Cabe ao Poder Concedente, a qualquer tempo, reduzir ou ampliar o número de vagas ofertadas em razão da inexistência da procura por estacionamento quando houver necessidade em face de novos polos atrativos de serviços.

19. DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO:

19.1. A Concessionária deverá manter uma área específica para atendimento ao público, que deverá dispor de infraestrutura adequada e funcionar pelo menos durante o horário vigente de operação do Estacionamento Rotativo.

19.2. Neste local deverão, no mínimo, serem prestados os seguintes serviços:

- a) Informações gerais sobre localização, orientação e uso do Estacionamento Rotativo;
- b) Recebimento e atendimento de sugestões, reclamações e consultas feitas pelos usuários e público em geral;
- c) Recebimento do comprovante de pagamento da tarifa de regularização quando houver;
- d) Demais atividades decorrentes da prestação do serviço.

20. POSTOS DE VENDAS:

20.1. Os PDVs credenciados pela Concessionária deverão receber todas as informações e material de apoio e sinalização para a correta prestação dos serviços.

20.2. A Concessionária deverá divulgar os Postos de Venda com os nomes e localização, em seu sítio eletrônico de forma a facilitar aos usuários a aquisição dos tíquetes eletrônicos ou seus créditos para uso no sistema de telefonia celular.

21. CONTROLE E FORNECIMENTO DE DADOS AO PODER CONCEDENTE:

21.1. Disponibilizar quando solicitado, relatórios gerenciais de fluxo diário de veículos estacionados por zona com a sua respectiva rotatividade;

21.2. Fornecer mensalmente relatório estatístico de eficiência da prestação do serviço.

22. ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO:

22.1. Base de Cálculo – período de segunda-feira a sábado

Fórmula de Cálculo Produtividade Média: $(N_v \times T_a \times N_{hu} \times N_{du} \times I_U) + (N_v \times T_a \times N_{hs} \times N_s \times I_U)$

882 vagas Pagantes x R\$ 1,80/hs x 7,25hs/dia x 22 dias x 0,40 = R\$ 101.288,88/mês

+

882 vagas Pagantes x R\$ 1,80/hs x 3,5hs/dia x 4 dias x 0,40 = R\$ 8.890,56/mês

=



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

= R\$ 88.627,77 + R\$ 7.779,24 = **R\$ 110.179,44**

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

De segunda à sexta-feira das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h15min;

Sábados 08h30min às 12h00min.

Nv = Número de Vagas = 882 vagas pagas

Ta = Tarifa de Área Azul = 1,80 / hs

Nhu = Número de Horas de funcionamento dia útil = 7,25 hs

Nhs = Número de Horas de funcionamento sábados = 3,5 hs

Ndu = Número de dias de funcionamento no mês = 22 dias

Ns = Número de Sábados funcionamento no mês = 04 dias

IU = Índice de ocupação = 35%

- **Faturamento Mensal Previsto R\$ 110.179,44** (cento e dez mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

- **Previsão Faturamento Anual R\$ 1.322.153,28** (um milhão, trezentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos).

- **Valor previsto da concessão R\$ 13.221.532,80** (treze milhões duzentos e vinte e um mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta centavos).

23. DA MÃO-DE-OBRA:

23.1 O CONCESSIONÁRIO obriga-se a manter quadro de pessoal administrativo e operacional qualificado, devidamente uniformizado e equipado, identificado através de crachás, necessário à perfeita execução serviços, providenciando que os funcionários estejam devidamente treinados;

23.2. O CONCESSIONÁRIO deve manter em seu quadro funcional, a quantidade de monitores necessários para atendimento das demandas de estacionamentos da área azul em todo o horário de operação, com objetivo de fiscalização, orientação aos usuários bem como para a comercialização de Etiquetas de estacionamento;

23.3. Para o correto funcionamento do sistema, o CONCESSIONÁRIO deve manter um representante para a coordenação de todas as atividades, bem como para equacionar soluções e prestar informações junto à Municipalidade, quando solicitadas;

23.4. O CONCESSIONÁRIO deve atender a todas as normas gerais de segurança do trabalho na prestação dos serviços contratados, com o objetivo de preservar a integridade do elemento humano e do material utilizados durante a vigência da presente Concessão;

23.5. No caso do não cumprimento das Normas Legais de segurança por parte do CONCESSIONÁRIO, prevista na Norma Regulamentadora n.º 4 da Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho, esta será notificada para que sejam sanadas as irregularidades apontadas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

23.6. É obrigação do CONCESSIONÁRIO, quando necessário, o fornecimento gratuito aos seus empregados de Equipamento(s) de Proteção Individual – EPI, com Certificado de Aprovação - CA, emitido pelo Ministério do Trabalho, em perfeito estado de conservação e funcionamento, conforme Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho n.º 6 – Portaria 3.214 e/ou Normas Internas que possam vir a ser estabelecidas.

24. DO REPASSE:

24.1. O CONCESSIONÁRIO apresentará à CONCEDENTE, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, relatório circunstanciado da operação no período, com indicação da receita bruta auferida, dos impostos diretos incidentes (ISS, IR, PIS e COFINS) e o respectivo valor a ser repassado à Municipalidade;

24.2. O repasse devido à CONCEDENTE (percentual de repasse) deve ser efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da arrecadação, devendo corresponder ao valor obtido pela multiplicação do percentual contratado sobre a receita bruta, auferida no mês;

24.3. Em havendo atraso do pagamento mensal devido pelo CONCESSIONÁRIO, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido ao mês correspondente, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato de Concessão;

25. DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

25.1. O CONCESSIONÁRIO, a quem incumbe zelar pela boa disciplina de seus empregados, deve mantê-los em serviço, uniformizados, com identificação e plenamente capacitados a executar suas funções;

25.2. O CONCESSIONÁRIO não pode ceder transferir, arrendar ou de qualquer outra forma passar a terceiros o contrato que vir a ser celebrado;

25.3. Prestar contas mensalmente, e quando for solicitado, da gestão dos serviços à CONCEDENTE, nos termos do presente Projeto Básico;

25.4. Assumir por sua conta e encargo, todas as despesas com a contratação de pessoal, inclusive recolhimentos previdenciários, fiscais, trabalhistas e tributários, regidas pelas disposições de direito privado, não se estabelecendo em qualquer hipótese relação entre os terceiros contratados pelo CONCESSIONÁRIO e a CONCEDENTE;

25.5. Assumir todos os ônus referentes à compra, implantação, execução, manutenção, sinalização, divulgação e equipamentos necessários ao Sistema de Estacionamento Rotativo;

25.6. Fornecer equipe técnico-administrativa e equipe de serviços, comprometendo-se a manter a qualidade dos serviços durante a vigência do contrato;



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

25.7. Efetuar a remuneração devida à CONCEDENTE, mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da arrecadação, devendo corresponder ao valor obtido pela multiplicação do percentual contratado sobre a receita bruta, auferida no mês anterior.

25.8. Cumprir as normas dos serviços e as cláusulas contratuais da concessão;

25.9. Assegurar que seu pessoal, ao exercer suas funções, observe os seguintes requisitos:

- a) Cumprir fielmente, na realização dos serviços, as normas legais que disciplinam as atividades;
- b) Usar total isenção no controle efetuado;
- c) Usar de cortesia e polidez nas relações com o usuário.

26. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE:

26.1. Comunicar à CONCESSIONÁRIA, com a antecedência necessária observada, o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, qualquer alteração de natureza operacional na prestação dos serviços, desde que não altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

26.2. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas contratuais da concessão;

26.3. Efetuar a fiscalização do uso indevido das áreas destinadas ao estacionamento rotativo, aplicando as penalidades cabíveis, nos casos previstos em Lei;

26.4. Proporcionar as condições adequadas e necessárias para a execução dos serviços contratados, adotando e tomando todas as providências necessárias para a conservação do objeto, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis da data da comunicação efetuada pela CONCESSIONÁRIA;

26.5. É prerrogativa de a CONCEDENTE fiscalizar as condições dos serviços prestados, formulando as exigências necessárias à eficaz execução dos mesmos, cabendo a CONCESSIONÁRIA facilitar a atuação da fiscalização, prestando colaboração plena.



Levantamento de Viabilidade Econômica - Rotativo Eletrônico

083-15 Concorrencia - Concessao Estacionamento rotativo.doc



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

Na Internet	20	Smartphone - Monitor	16	700	11.200,00
		Impressora - Monitor	16	1.000	16.000,00
		Smartphone - Reserva	3	700	2.100,00
		Impressora - Reserva	3	1.000	3.000,00
		Parquímetros	0	16.000,00	0,00
		Divulgação	1	5.000,00	5.000,00
		Sinalização Horizontal	900	30,00	27.000,00
		Sinalização Vertical	90	250,00	22.500,00
		Uniforme Monitores	15	250,00	3.750,00
		Uniforme Administrativo	2	250,00	500,00
		Computador	1	2.000,00	2.000,00
		Impressora	1	600,00	600,00
		Veículo Operacional	1	5.000,00	5.000,00
		Total Investimento			120.250,00
		- Meses para amortização	24		
		Amortização Mensal do Investimento			5.010,42

Despesas Operacionais			
Descrição	Qtd	Valor	Total
Manutenção POS	2	150,00	300,00
Manut. Sinaliz. Horizontal	1	30,00	30,00
Manut. Sinaliz. Vertical	2	250,00	500,00
Manut. Veículo Operac.	1	200,00	200,00
Manut. Uniformes	1	250,00	250,00
Combustível Veículo Oper.	0	75,00	0,00
Sistema de Gestão	882	11,00	9.702,00
URA - Mensal	0	3.000,00	0,00
URA - GVT	0	1.000,00	0,00
SMS	0	0,14	0,00
Link de Dados GPRS - PDV	27	15,00	405,00
Link de Dados GPRS - Parq.	0	15,00	0,00
Plano de dados smart	19	70,00	1.330,00
Bobinas POS	120	1,50	180,00
Total de despesas operacionais			12.897,00

Previsão de Receita			
Descrição	Qtd	Valor	Total
Receita venda de tickets	64.351	1,80	115.831,30
Receita Irreg. (Fora Vaga)	508	0,00	0,00
Receita Irreg. (Vencido)	847	0,00	0,00
Receita Irreg. (Sem Ticket)	1.693	0,00	0,00
Total de receita prevista / Mês			115.831,30
Total de receita prevista / Contrato			13.899.755,52

Resultado Previsto		
Descrição	%	Valor
Receita Total	100,00%	115.831,30
Despesas Funcionário	31,11%	36.037,90
Investimento (Amortização)	4,33%	5.010,42
Despesas Operacionais	11,13%	12.897,00
Despesas com Central de Atendimento	2,63%	3.050,00
Impostos, Repasses e Comissões	27,06%	31.341,63
Resultado Estimado / Mensal	23,74%	27.494,35
Resultado Estimado / Contrato		3.299.321,67



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO VI

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 4.806 DE 26 DE MAIO DE 2015.

**DISPÕE SOBRE SISTEMA DE
ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO, NAS
VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EDUARDO RUSSOMANO FREIRE, Prefeito Municipal de Palmeira das Missões, **FAZ SABER**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79, inciso IV da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei disciplina o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago nas vias e logradouros públicos, de veículos automotores de passageiros e de carga com capacidade de até 5.000 kg (cinco mil quilogramas), em áreas especiais denominadas de “Área Azul”, descritas no anexo II, sendo admitida a ampliação desta, por fases, através de decreto municipal, quando a municipalidade julgar conveniente, e havendo viabilidade econômico-financeira para novas áreas, priorizando áreas comerciais.

Art. 2º A operacionalização do estacionamento em vias e logradouros públicos deverá ser feita através de equipamentos eletrônicos expedidores de comprovantes de tempo de estacionamento sistema POS, ou parquímetros, de modo que permita total controle da arrecadação, aferição imediata de receitas e auditoria permanente por parte do poder concedente, ofertando credibilidade, transparência e segurança.

Parágrafo 1º - O equipamento eletrônico a ser utilizado deverá propiciar aos usuários facilidade na obtenção do comprovante de tempo de estacionamento, permitindo a utilização de no mínimo duas formas de pagamento.

Parágrafo 2º - O operador vencedor do processo licitatório deverá fornecer a contratante no mínimo 03 (três) equipamentos completos com internet, WIFI, gratuitamente, com capacidade de navegação de no mínimo 4 G.

Art. 3º Fica o Município autorizado a outorgar a terceiros, quando não possuir capacidade técnica para realizar a operação, concessão onerosa para a gestão das áreas de estacionamento rotativo de veículos no perímetro urbano do Município, sendo em uma primeira fase do projeto **900 (novecentas) vagas, num total de 34 (trinta e quatro) quadras**, podendo ser aumentadas.

Parágrafo Único - A concessão de que trata este artigo deverá ser procedida de processo licitatório, cujo julgamento será o de maior oferta do valor bruto arrecadado ao Poder Público Municipal, desde que atenda as exigências técnicas estabelecidas, e estar de acordo com as Leis Federais 8.666/93 e 8987/95.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

Art. 4º As áreas situadas em frente ao Hospital, Postos de Saúde, Farmácias, Delegacia de Polícia, Brigada Militar, SAMU e quaisquer outros locais que necessitem de parada de emergência, bem como os pontos de veículos de aluguel (táxis), serão devidamente sinalizados, os quais terão placas de regulamentação, com tempo máximo de 15 minutos de permanência com luzes de emergência ligadas

Art. 5º O horário de estacionamento no perímetro “Área Azul” compreenderá o período das 08:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:15 hs, de segundas à sextas-feiras; e das 08:00 às 12:00 horas, aos sábados, ficando ainda isenta aos domingos e feriados.

Parágrafo Único - Em épocas especiais e ou datas comemorativas e de conformidade com o comércio, o horário estabelecido neste artigo poderá ser ampliado por ato do Executivo, ouvido sempre o Órgão de Trânsito do Município.

Art. 6º O estacionamento de veículos para carga e descarga de mercadorias ficará permitido, sem o pagamento da tarifa, nos horários compreendidos entre 06:00 horas às 09:00 horas e das 12:00 horas às 13:30 horas nos pontos específicos, ficando isentos do pagamento de tarifa no lapso temporal entre as 08:30 e 00:00 horas.

§ 1º Após o horário estabelecido no caput deste artigo fica permitido o estacionamento de veículos até 7.500 kg PBT e até 11 metros comprimento para carga e descarga, mediante o pagamento da tarifa de estacionamento correspondente ao valor de duas vagas de veículos de passeio.

§ 2º A carga e descarga de materiais de construção, concreto, mudanças e outros cujos veículos ultrapassem a capacidade de carga estabelecida no parágrafo anterior, ou ainda de caçambas de recolhimento de entulho, dependerá de licença especial da Secretaria Municipal de Trânsito, a qual deverá ser fixada no interior do veículo de forma visível, não estando isentos, com isso, do pagamento da tarifa de estacionamento.

§ 3º Os veículos empregados nos serviços de carga e descarga, não poderão infringir as normas regulamentares de trânsito, sendo também vedado, depositar cargas nos passeios e pistas de rolamento.

Art. 7º O uso de vagas por tempo diferente do limite estabelecido na sinalização regulamentar, para atendimento de serviços que exijam utilização especial, deverá ter autorização especial da Secretaria Municipal de Trânsito, a ser efetuada mediante requerimento, com prazo de antecedência de dois dias úteis.

Parágrafo Único - As normas regulamentares e o valor da tarifa a ser paga, deverão ser estabelecidas por Decreto.

Art. 8º Ficam isentos do pagamento da tarifa do estacionamento rotativo quando em serviço:

a) os veículos oficiais da União, dos Estados e do Município, bem como suas empresas e autarquias (ex EBCT, Corsan, Carros Forte, etc...)



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

- b) os veículos de transporte de passageiro (táxis), quando estacionados em seus respectivos pontos,
- c) os veículos de transporte coletivo (ônibus e similares), quando estacionados em seus pontos de parada.
- e) as ambulâncias quando em atendimento de urgência e emergência.

Parágrafo 1º - *os veículos destinados à idosos, terão suas vagas asseguradas, conforme percentual previsto em lei, porém não são isentos da tarifa.*

Parágrafo 2º - *os veículos destinados à deficientes físicos e com mobilidade reduzida, terão suas vagas asseguradas, conforme percentual previsto em lei, como isenção da tarifa.*

Art. 9º As motocicletas, motonetas e similares terão estacionamentos privativos em locais previamente estabelecidos e identificados por placa de regulamentação, ficando o estacionamento fora destes locais sujeito as penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo 1º - *Os triciclos são equiparados aos automóveis de passeio e não serão isentos do pagamento da tarifa correspondente.*

Art. 10 Constituem infrações ao sistema de estacionamento rotativo pago:

- a) Utilizar o comprovante de pagamento de forma incorreta contrariando as instruções nele inseridas;
- b) Ultrapassar o tempo máximo de estacionamento na mesma vaga, estabelecido através das placas de regulamentação;
- c) Trocar o comprovante de pagamento, depois de expirado o tempo regular para permanência na mesma vaga;
- d) Colocar o comprovante de tempo de estacionamento na parte externa do veículo,
- e) Estacionar em local demarcado por faixas amarelas ou fora do espaço delimitado para a vaga.

Parágrafo 1º - Os usuários terão 05 (cinco) minutos de tolerância operacional para colocação do ticket no veículo, bem como para retirada do veículo da vaga de estacionamento, após expirado o período previsto no referido ticket.

Art. 11 Os veículos que se encontrarem estacionados sem o comprovante de tempo de estacionamento, ou com o comprovante vencido receberão o ANUNCIO DE IRREGULARIDADE dos monitores da concessionária.

Art. 12 O usuário terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para pagamento do ANUNCIO DE IRREGULARIDADE.

Parágrafo 1º - Mesmo realizando o pagamento do ANUNCIO DE IRREGULARIDADE, o usuário deverá respeitar o limite máximo de permanência na mesma vaga, ou seja, 02 (duas) horas a contar da data do recebimento da mesma.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

Parágrafo 2º - Os usuários que efetuarem o pagamento do ANUNCIO DE IRREGULARIDADE antes do flagrante e aplicação da penalidade pelo agente de trânsito não estarão sujeitos a multa de trânsito estabelecida conforme art. 181, inciso XVII do código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo 3º - O usuário que possuir 03 (três) ANUNCIOS DE IRREGULARIDADE fica impedido de adquirir novos créditos sem antes quitar os pendentes.

Art. 13 O tempo máximo de permanência na mesma vaga constará nas placas de sinalização de regulamentação, sendo obrigatória a retirada do veículo expirado o tempo máximo de permanência na vaga, ficando o usuário sujeito as penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, inclusive a remoção do veículo.

Parágrafo 1º - Caso venha a ocorrer a remoção do veículo por exceder o período de 02 (duas) horas, o usuário não ficará isento ao pagamento do ANUNCIO DE IRREGULARIDADE e não deixará de ser penalizado com multa de trânsito estabelecida conforme art. 181, inciso XVII do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 14 A permanência do condutor ou de passageiro no interior do veículo não desobriga do uso do comprovante de tempo de estacionamento.

Parágrafo Único: Parada é o tempo suficiente para embarque ou desembarque.

Art. 15 Os recipientes coletores de lixo e entulho, colocados na área do estacionamento rotativo serão objeto de cobrança, conforme valores estabelecidos no artigo 18, desta Lei.

Art. 16 A utilização de vagas para colocação dos coletores, deverá ser requerida à Secretaria Municipal de Trânsito com antecedência de vinte e quatro (24) horas.

Parágrafo 1º - No requerimento, em formulário próprio da Secretaria Municipal de Trânsito, deverá constar o número de vagas utilizadas e o tempo de utilização.

Parágrafo 2º - Os coletores deverão possuir codificação de controle, fornecido pela Secretaria Municipal de Trânsito, que será aposta no formulário de requerimento de utilização da área do estacionamento rotativo.

Parágrafo 3º - Qualquer substância ou detrito derramado na via ou passeio deverá ser retirado ou lavado sob a responsabilidade da Empresa.

Art. 17 Na área denominada “Área Azul” não será permitida a instalação de vendedores ambulantes, exceto se houver autorização por Decreto do Chefe do Executivo Municipal, sem isenção do pagamento de tarifa correspondente.

Art. 18 Os valores referentes aos períodos de estacionamento e/ou utilização das áreas do estacionamento rotativo pago, são os abaixo descritos:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações

- I - Trinta minutos: R\$ 0,90 (noventa centavos);*
- II - Sessenta minutos: R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos);*
- III - Cento e vinte minutos: R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos);*
- IV - ANUNCIO DE IRREGULARIDADE horário excedido no ticket = R\$ 12,00(doze reais);*
- V - ANUNCIO DE IRREGULARIDADE por falta de ticket = R\$ 12,00 (doze reais);*
- VI - Coletores de lixo e entulhos, oriundos da iniciativa privada = R\$ 15,00 (quinze reais por dia por container/coletor).*

Art. 19 Os valores de utilização do estacionamento rotativo pago serão reajustados por Decreto do Prefeito Municipal e justificados em planilha de custos, no terceiro mês de cada novo ano.

Art. 20 Para a operacionalização do sistema de estacionamento rotativo pago, o poder Executivo Municipal delegará a agentes municipais, a especial atribuição de controle do estacionamento, sendo que estes deverão ser disponibilizados a razão de um agente municipal para cada 150 (cento e cinquenta) vagas, durante os dois turnos de trabalho.

Art. 21 *O percentual de no mínimo 12% (doze por cento) da arrecadação bruta, deverá ser repassado pela Concessionária, fruto da exploração do estacionamento rotativo, deverá ser repassado até o dia 10 (dez) de cada mês, sendo destinado os 12% (doze por cento) para sinalização/educação de trânsito, manutenção e pavimentação de vias públicas.*

Parágrafo Único – Os valores arrecadados pela Concessionária serão direcionados 3% (três por cento) para investimentos em sinalização/educação de trânsito e o percentual excedente para manutenção e pavimentação de vias públicas com depósitos em contas específicas.

Art. 22 *O prazo de concessão de que trata esta Lei, será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com as condições estabelecidas no edital de licitação.*

Art. 23 Ao final do prazo de concessão, as obras e instalações utilizadas na gestão do sistema de estacionamento rotativo, reverterão para o Poder Público Municipal.

Art. 24 Ao Poder Público Municipal e à Concessionária não caberá qualquer responsabilidade por acidentes, danos, furtos ou prejuízos de qualquer natureza que os veículos dos usuários venham a sofrer nos locais de estacionamento, não sendo exigível da concessionária a manutenção de qualquer tipo de seguro contra esses eventos.

Art. 25 Compete a Secretaria Municipal de Trânsito a organização, gerenciamento e fiscalização da concessão objeto desta Lei.

Art. 26 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 *Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Ordinárias Municipais n.ºs 3.427/2004, 3.862/2007 e 4.510/13.*



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES, EM 26
DE MAIO DE 2015.

EDUARDO RUSSOMANO FREIRE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIZA SCHERER
Secretário Municipal da Administração



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Palmeira das Missões
Comissão Permanente de Licitações**

ANEXO VII - ZONA AZUL – FASE I

**ESTACIONAMENTO REMUNERADO DE VEÍCULOS EM VIAS E LOGRADOUROS
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES**

Logradouros onde serão implantados os parquímetros na fase I

I - *Avenida Independência*, no trecho que compreende a rua Riachuelo até a rua República (09 quadras);

II - *Major Novais*, no trecho que compreende a rua Sete de Setembro até a rua Francisco Pinheiro (04 quadras);

III - *Rua Borges de Medeiros*, no trecho que compreende a rua General Osório e a Rua Marechal Deodoro (05 quadras);

IV - *Rua Benjamin Constant*, no trecho que compreende a rua General Osório e a Rua Major Novais (02 quadras);

V - *Rua General Firmino*, no trecho que compreende a rua General Osório e a Rua Marechal Floriano até a rua Pinheiro Machado (04 quadras);

VI - *Rua Sete de Setembro*, no trecho que compreende a rua Pinheiro Machado e a Rua Major Novais (02 quadras).

VII – *Rua Francisco Pinheiro*, no trecho que compreende a rua Major Novais e Marechal Deodoro (03 quadras).

VIII – *Rua Marechal Floriano*, trecho que compreende a rua Francisco Pinheiro e Benjamin Constant (02 quadras).

IX – *Rua General Osório*, trecho que compreende a rua Borges de Medeiros e Avenida Independência - Largo Alfredo Westphalen (03 quadras)

TOTAL DE QUADRAS: 34



ESTACIONAMENTO REMUNERADO DE VEÍCULOS
TRECHOS COMPREENDIDOS
PALMEIRA DAS MISSÕES - RS

